

DATA MERCANTIL

São Paulo



SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM ✓ TRANSPARÊNCIA, ✓ SEGURANÇA E ✓ QUALIDADE.

datamercantil.com.br

SÃO PAULO, Sábado, 25, Domingo, 26 e Segunda-Feira, 27 de abril de 2026 | edição nº 1515

R\$ 2,50

GOVERNO LULA DEFINE REGRAS PARA LIMITAR JUROS DO CRÉDITO CONSIGNADO DO TRABALHADOR

O MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) publicou resolução nesta sexta-feira (24) que procura evitar juros muito altos no programa Crédito do Trabalhador, de empréstimos consignados a profissionais contratados pela CLT.

Criado em 2025 pelo governo Lula para ampliar o acesso de trabalhadores ao crédito bancário em substituição à antiga linha de empréstimo privado, os juros cobrados no Consignado CLT se tornaram um problema para a modalidade e vêm preocupando o governo.

Com o endividamento da população em alta, o Planalto prepara um novo

programa de renegociação de dívidas, uma espécie de Desenrola 2.0.

A portaria não fixa um teto para as taxas, mas cria um método de monitoramento que limita os juros. Será feito um cálculo com base nos juros médios cobrados no mercado, mais um desvio padrão ponderado. Essa taxa média encontrada será usada para comparar as taxas e tentar coibir juros abusivos.

O consignado tem como garantia o FGTS. O valor da parcela é descontado diretamente do holerite.

Em nota, a Febraban (Federação Brasileira de Bancos) diz que medidas transparentes voltadas a coibir abusos, o que parece

ser o caso da iniciativa do MTE, seriam positivas e contribuem para "o bom funcionamento do mercado de crédito consignado, para a proteção dos consumidores, em linha com a sustentabilidade do segmento e seu papel no acesso ao crédito pela população".

A federação acrescenta, no entanto, que ainda analisa de forma mais criteriosa a portaria.

A ABBC (Associação Brasileira de Bancos) diz demonstrar preocupação com as medidas e afirma entender que esse tipo de atuação "não é o instrumento mais eficaz para reduzir o custo do crédito ou ampliar o acesso da população aos produtos financeiros".^{Folhapress}



DESTAQUES DO DIA



Confiança do Consumidor registra segunda alta consecutiva, diz FGV

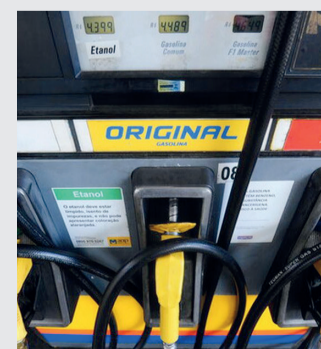
Caiado diz que Lula é quem "vende o Brasil" em acordo sobre terras raras

Hugo Motta cria Comissão Especial que analisará fim da escala 6x1

Profissional que trabalha mais tem salário 58% menor, em média, diz estudo



Com mistura de 32% gasolina ficará mais barata e haverá autossuficiência, diz ministro



NO MUNDO

EUA e Irã devem retomar negociação de paz no Paquistão

As negociações entre o Irã e os Estados Unidos deverão recomeçar neste sábado (25), após uma semana de intenso vaivém diplomático para achar uma solução para o conflito entre os rivais. Até o formato das conversas é objeto de disputa.

Nesta sexta-feira (24), o chanceler da teocracia, Abbas Araghchi, anunciou que irá ao Paquistão. Segundo a mídia estatal iraniana, ele não iria se encontrar com representantes americanos, e sim apresentar as propostas de Teerã para os anfitriões, que então as repassariam a Washington.

Poucas horas depois, integrantes do governo americano informaram a diversos veículos que dois negociadores estavam a caminho de Islamabad, Steve Witkoff e o genro presidencial Jared Kushner, que cuida dos interesses empresariais do sogro mesmo sem ter cargo oficial. Ficou de fora, provavelmente por dificuldades no arranjo



de segurança em cima da hora, o vice-presidente J. D. Vance, que Trump havia anunciado ao longo da semana como pronto para voar ao Paquistão. Ele comandou, ao lado de Witkoff e Kushner, a rodada fracassada de conversas entre os rivais há duas semanas em Islamabad.

Araghchi disse no X que irá também a Omã, país que mediava as conversas com Washington antes da guerra e acabou sendo alvo de retaliação iraniana durante o conflito, apesar de Teerã dizer que não tinha intenção de atacar. Depois, voará para a Rússia, onde tem em

Vladimir Putin um aliado.

Na terça (21), Trump adiou por tempo indefinido a trégua que havia estabelecido no dia 7 passado com o Irã, após cinco semanas de ataques americanos e israelenses ao regime islâmico. As conversas iniciais em Islamabad se deram logo em seguida.

A prioridade de Trump, entre tantas anunciadas ao longo da guerra, era a reabertura do estreito de Hormuz, vital para o mercado de energia do planeta. O trânsito de petroleiros e de outros navios havia caído a 10% do usual com o conflito.

Igor Gielow/Folhapress

Oligarca é condenado a 19 anos de prisão por "roubo do século" em Moldova

O ex-líder do Partido Democrata de Moldova foi condenado a 19 anos de prisão por desvio de cerca de US\$ 1 bilhão do sistema bancário local.

O escândalo é tão grave que ficou conhecido como o "roubo do século", considerado o maior caso de corrupção da história do país.

O oligarca, empresário e ex-legislador Vladimir Plahotniuc foi considerado culpado por outros crimes. Além de desvio de recursos, ele também foi condenado por lavagem de dinheiro e criação de uma organização criminosa.

Plahotniuc esteve envolvido em um esquema de corrupção ocorrido entre 2014 e 2015, quando cerca de US\$ 1 bilhão foi desviado de bancos moldavos. Para se ter ideia, esse valor equiva-

lia a aproximadamente 15% do PIB do país na época.

A decisão foi anunciada na última quarta-feira (22). Além disso, o tribunal determinou a apreensão de cerca de US\$ 60 milhões das contas de Plahotniuc.

Fundador do Partido Democrata, o empresário de 60 anos não compareceu ao julgamento e ainda pode recorrer da sentença. Seu advogado, Lucian Rogac, afirmou à Euronews que a decisão é "claramente ilegal" e que o processo teria sido conduzido "com uma pressa tremenda, com numerosas violações dos direitos do arguido".

Plahotniuc foi detido e extraditado da Grécia no ano passado, enquanto tentava viajar para Dubai. Desde então, está preso em Chisinau, capital da Moldávia.

Folhapress

Hezbollah diz que cessar-fogo não tem sentido, e Líbano afirma que Israel fez novo ataque

O Hezbollah afirmou nesta sexta-feira (24), um dia após o cessar-fogo entre o Líbano e Israel ter sido prorrogado por três semanas, que a trégua não tem sentido diante das "agressões" do Estado judeu.

Logo após a divulgação do comunicado, o Exército de Israel emitiu uma ordem de evacuação para uma cidade no sul do Líbano, onde parte do território está ocupado militarmente por Tel Aviv. O Ministério da Saúde do Líbano confirmou que houve um ataque e disse que duas pessoas foram mortas.

Ataques israelenses continuam atingindo o país vizinho a despeito da

trégua. Na quarta, ao menos cinco pessoas morreram, tornando o dia mais mortal no Líbano desde o início do cessar-fogo em 16 de abril. Entre os mortos na ofensiva está a jornalista libanesa Amal Khalil.

O deputado Ali Fayyad, do Hezbollah, afirmou em nota que "o cessar-fogo não tem sentido diante da insistência de Israel em atos hostis, como assassinatos, bombardeios e disparos". O parlamentar ainda citou a destruição de vilarejos no sul do Líbano e pediu que o governo libanês deixe as negociações diretas com Israel.

Tropas israelenses permanecem posicionadas em uma faixa de território

libanês de 5 a 10 km ao longo de toda a fronteira. O Hezbollah, apoiada pelo Irã, afirma ter "direito de resistir" à ocupação.

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou a extensão da trégua na quinta-feira, após receber os embaixadores de Israel e do Líbano na Casa Branca. O acordo entre os dois países venceria no domingo (26). O republicano disse que os EUA vão trabalhar com o Líbano para ajudar o país a "se proteger do Hezbollah" e que espera reunir o premiê israelense, Binyamin Netanyahu, e o presidente libanês, Joseph Aoun, "em um futuro breve".

Folhapress



DATA
MERCANTIL

São Paulo

● JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

● Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

● EDITORIAL: Daniela Camargo
● COMERCIAL: Tiago Albuquerque
● Serviço Informativo: FolhaPress, Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-Dinheiro, Notícias Agrícolas.

Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

Confiança do Consumidor registra segunda alta consecutiva, diz FGV



O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) aumentou 1 ponto percentual em abril, em relação ao mês anterior, totalizando 89,1 pontos. O resultado é o mesmo alcançado em dezembro do ano passado, que foi o maior até então.

Na média móvel trimestral, o índice subiu 0,6 ponto, para 87,8 pontos. Os números foram divulgados nesta sexta-feira (24), no Rio de Janeiro.

Na avaliação da economista do Ibre Anna Carolina Gouveia, a melhora da percepção sobre o momento atual impulsionou essa segunda alta da confiança do consumidor.

Segundo ela, tiveram peso no resultado de abril

a manutenção da inflação mais controlada e do mercado de trabalho robusto.

“E como a gente vem tendo uma melhora mais focada nas faixas de renda mais baixas, eu acredito que talvez a questão da isenção do imposto de renda tenha ajudado a dar um alívio pontual no orçamento das famílias de menor renda. Então, isso pode estar influenciando os últimos meses da melhora da confiança”, disse a economista do Ibre à Agência Brasil.

Os dois indicadores que formam a confiança do consumidor apresentaram melhora.

O ISA, que reflete a percepção sobre o momento presente da economia, avançou 2,1 pontos, atingindo 85,3 pontos, e mostrando que o consumidor está avaliando de forma mais

favorável a economia atual.

O IE, que mostra as expectativas do consumidor com relação ao futuro, subiu 0,2 ponto, registrando 92,3 pontos em abril.

Anna Carolina afirmou que a melhora percebida no mês de abril veio mais do momento presente.

“No mês, o indicador que mais impulsionou a melhora do ICC foi o indicador de situação financeira atual das famílias, que subiu 3,9 pontos. Esse foi o principal motivador da alta da confiança em abril”, explicou a economista.

A análise do índice de consumidor por faixa de renda indica que a melhora mais significativa foi a do consumidor que ganha até R\$ 2,1 mil mensais, com a segunda melhora mensal, de 3,4 pontos.

Folhapress

Déficit nas contas externas sobe para R\$ 6 bilhões no mês de março

As contas externas do Brasil tiveram saldo negativo de US\$ 6,036 bilhões em março, informou nesta sexta-feira (24) o Banco Central (BC).

O valor é mais que o dobro do registrado no mesmo período de 2025, quando o déficit alcançou US\$ 2,930 bilhões nas transações correntes. Os números se referem às compras e vendas de mercadorias e serviços e transferências de renda com outros países.

Após três meses seguidos de redução no déficit, com aumento no mês passado, o resultado negativo nas transações correntes somou US\$ 64,274 bilhões nos 12 meses encerrados em março, o que corresponde a 2,71% do Produto Interno Bruto (PIB), indicador da soma dos bens e serviços produzidos no país.

Já em relação ao período equivalente terminado em março de 2025, houve redução no déficit; naquele mês, o resultado em 12 meses foi negativo em US\$ 74,383 bilhões, ou 3,47% do PIB.

Em março deste ano, a piora na comparação interanual vem da redução de US\$ 1,6 bilhões no superávit da balança comercial de bens, diante do crescimento das importações. Além disso, houve aumento de US\$ 1,1 bilhão no déficit em renda primária e de US\$ 600 milhões no déficit em serviços.

De acordo com o BC, as transações correntes apresentam cenário bastante robusto e, apesar do aumento no mês passado, têm tendência de redução no déficit em 12 meses desde setembro de 2025.

Além disso, o resultado negativo das contas externas está financiado por capitais de longo prazo, principalmente pelos investimentos diretos no país (IDP), que têm fluxos e estoques de boa qualidade.

O IDP somou US\$ 6,037 bilhões em março deste ano, ante US\$ 6,295 bilhões em igual mês de 2025. Quando o país registra saldo negativo em transações correntes, precisa cobrir o déficit com investimentos ou empréstimos no exterior.

ABR

Profissional que trabalha mais tem salário 58% menor, em média, diz estudo



Os profissionais com jornada de trabalho de 44 horas semanais em geral, em escala 6x1 têm salário 57,7% menor, em média, do que os que trabalham 40 horas semanais, segundo estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Os dados mostram que o salário médio do brasileiro de quem tem jornada de até 40 horas por semana em geral, em escala 5x2 é de R\$ 6.211. Quem tem jornada de 44 horas recebe 42,3% desse valor, o que dá R\$ 2.626,05. Quando o pagamento é por hora, a remuneração é ainda menor. O valor médio corresponde a 38,5% de R\$ 6,211, o que dá R\$ 2.391,24.

De acordo com o estudo, a diferença seria explicada por conta da baixa escolaridade. Mais de 83% dos vínculos de quem tem jornada de 44 horas é de pessoas com o ensino médio completo. O percentual cai para 53% entre os que têm ensino superior.

O fim da escala 6x1 está em debate no Congresso com o andamento de duas PECs (propostas de emenda à Constituição) e um projeto de lei enviado pelo governo Lula mudando pontos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e de outras legislações. As PECs já foram aprovadas na CCJ.

O Ipea diz que, diferentemente de outras variáveis sociodemográficas, como região da cidade ou do país

onde se mora, a incidência de jornadas estendidas mostra forte associação com o nível de escolaridade, ou seja, quanto menos escolarizado, maior tende a ser a jornada do trabalhador.

As jornadas mais longas predominam em ocupações que exigem menor escolarização formal, como em atividades simples de indústria, agropecuária e comércio. Já cargos técnicos e profissionais de nível superior, nos mesmos setores, estão concentrados em grupos com jornadas menores.

O estudo considerou as jornadas registradas na Rais (Relação Anual de Informações Sociais) de 2023, que concentra 44 milhões de trabalhadores com vínculos pela CLT.

Alana Gandra/ABR

PUBLICIDADE LEGAL

Caiado diz que Lula é quem "vende o Brasil" em acordo sobre terras raras

Após ser criticado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), pelo acordo firmado com os Estados Unidos na área de minerais críticos enquanto ainda estava à frente do governo de Goiás, Ronaldo Caiado (PSD), pré-candidato ao Planalto, rebateu o comentário do petista e afirmou: é ele quem "vende o Brasil".

"Quem tá vendendo é ele! É ele que está entregando tudo, ele não está desenvolvendo nenhuma tecnologia no Brasil e nós estamos continuando a vender Pau Brasil desde a época da colônia, vendendo nióbio e terras raras pesadas", disse o pré-candidato em conversa com jornalistas após uma agenda em Minas Gerais na última quinta-feira (23).

Em sua fala, Caiado explicou o acordo firmado por seu estado com o governo norte-americano: "ao invés de exportar apenas o mineral concentrado eu vou poder, em Goiás, desenvolver a tecnologia capaz de separar os minerais".

"Se eu, amanhã tiver uma tonelada de terras pesadas, o valor é mínimo. se eu puder vender amanhã 20g de térbio, ou de disprósio, eu vou enriquecer o meu estado, vou trazer tecnologias, vou aumentar renda, vou ampliar com isso", disse.

O governo de Goiás assinou um memorando de entendimento com o Departamento de Estado dos Estados Unidos para cooperação no setor de mi-

D.C.A. Empreendimento Imobiliário – SPE S.A.											
CNPJ/MF nº 23.149.253/0001-27											
Relatório de Administração											
Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. As notas explicativas completas encontram-se à disposição na sede da Companhia. São Paulo, 16 de abril de 2026. A Administração											
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais)											
Ativo	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	2025	2024	Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais)					
Ativo circulante			Passivo não circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	9	155	Partes relacionadas	-	1.105.500	Lucro líquido do exercício	12.886.936	13.805.407			
Partes relacionadas	3.396.470	1.002.789	Total do passivo circulante	-	1.105.500	Outros resultados abrangentes	-	-			
Tributos a recuperar	44	44	Patrimônio líquido			Resultado abrangente do período	12.886.936	13.805.407			
Total do ativo circulante	3.396.523	1.002.988	Capital social	109.429.036	109.429.036	Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais)					
Ativo não circulante			Reserva legal	2.079.633	1.435.287	Atividades operacionais					
Investimentos	108.112.146	110.966.835	Reserva de lucros	-	-	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	12.886.936	13.805.407			
Total do ativo não circulante	108.112.146	110.966.835	Total do patrimônio líquido	111.508.669	110.864.323	Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades					
Total do ativo	111.508.669	111.969.823	Total do passivo e patrimônio líquido	111.508.669	111.969.823	geradas pelas atividades operacionais:					
Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais)							Resultado de equivalência patrimonial			(14.957.166)	(13.819.762)
Receitas/Despesas operacionais			Despesas financeiras	-	3	Aumento/(redução) no ativo:					
Despesas administrativas e gerais	(6.268)	(14.142)	Receitas financeiras	2	-	Tributos a recuperar			(0)	167	
Despesas tributárias	(227)	(216)	Resultado financeiro	2	3	Aumento/(redução) no passivo:					
Resultado de equivalência patrimonial	14.957.166	13.819.762	(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	12.886.936	13.805.407	Obrigações trabalhistas e tributárias			-	(6)	
Outras receitas e despesas	(2.063.737)	-	Lucro líquido do exercício	12.886.936	13.805.407	Fluxo de caixa consumido nas atividades operacionais			(2.070.230)	(14.195)	
Total	12.886.934	13.805.403	Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido								
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais)							Fluxo de caixa líquido consumido nas atividades operacionais			(2.070.230)	(14.195)
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido	Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	31.577.302	75.784.698	2.812.052	-	(676.499)	109.497.552	Imposto de renda e contribuição social			-	-
Aumento de capital	77.851.734	(75.784.698)	(2.067.036)	-	-	(0,00)	Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento			17.811.855	12.683.873
Lucro líquido do exercício	-	-	-	13.805.407	-	13.805.406,64	Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Constituição de reserva legal	-	-	690.270	(690.270)	-	-	Distribuições de lucro			(12.242.589)	(12.438.637)
Absorção do prejuízo acumulado	-	-	-	(676.499)	676.499	-	Partes relacionadas			(3.499.182)	(230.895)
Distribuição de lucros	-	-	-	(12.438.637)	-	(12.438.637,26)	Fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento			(15.741.771)	(12.669.533)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	109.429.036	-	1.435.287	-	-	110.864.322	Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa			(146)	145
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.886.936	-	12.886.936	Caixa e equivalentes de caixa				
Constituição de reserva legal	-	-	644.347	(644.347)	-	-	No início do exercício			155	10
Distribuição de lucros	-	-	-	(12.242.589)	-	(12.242.589)	No final do exercício			9	155
Saldos em 31 de dezembro de 2025	109.429.036	-	2.079.633	-	-	111.508.669	Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa			(146)	145
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Expressos em Reais)											
1. Contexto Operacional – A Companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios, tendo como fator preponderante a participação como investidora nos empreendimentos de seu interesse. 2. Base de preparação – As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 16 de abril de 2026.											
Cláudio Kluger – Diretor CPF 294.840.928-45			Daniel Pereira – CRC-SP 128.326/O-3.								

Por voto moderado, Flávio Bolsonaro toma distância dos irmãos, dizem fontes



nerais críticos. O documento obtido pela CNN prevê explicitamente que as atividades decorrentes do acordo deverão seguir as leis brasileiras e não cria obrigações legais entre as parte.

O texto também afirma que o acordo não obriga nenhuma das partes a realizar gastos, firmar contratos ou assumir compromissos legais ou financeiros.

Em entrevista ao Portal ICL, o próprio presidente Lula criticou a medida: "É uma vergonha, inclusive o que o Caiado fez. O Caiado fez um acordo com empresas americanas fazendo concessão de coisas que ele não pode fazer porque é da União. Então se a gente não tomar cuidado essa gente vai vender o Brasil e nós não podemos permitir". CNN

Na medida em que o time de campanha de Flávio Bolsonaro (PL) começa a se ambientar, ganha consistência nos bastidores um plano mais detalhado para suavizar a imagem do senador.

Nas últimas semanas, segundo relatos de aliados próximos, Flávio foi convencido de uma das principais medidas nesse sentido: tomar alguma distância dos irmãos com o objetivo de ampliar sua aceitação junto ao eleitorado de centro.

A decisão já foi sacramentada pela coordenação de campanha de Flávio, segundo relatou à CNN um interlocutor próximo ao pré-candidato do PL à Presidência.

Como parte desse movimento, aliados próximos de Flávio têm aconselhado o senador a evitar falar sobre nomear alguns dos irmãos para cargos num eventual

governo, por exemplo. Causou desconforto na campanha, inclusive, a ideia de que Eduardo Bolsonaro poderia chefiar o Itamaraty.

Há preocupação, em especial, quanto a Eduardo, pelo fato de ele seguir na mira da Justiça por coação. Ou seja, pode vir a protagonizar fatos novos com potencial de respingar na campanha.

Além disso, a figura de Eduardo contribui para trazer para o debate eleitoral a relação com o governo de Donald Trump em um momento delicado para o presidente norte-americano, por conta do conflito no Oriente Médio.

Ainda segundo os relatos, outro foco é Carlos Bolsonaro, peça-chave da estratégia digital de seu pai, Jair Bolsonaro, no período em que o ex-presidente esteve no Palácio do Planalto.

CNN

DATA MERCANTIL

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

FALE CONOSCO POR E-MAIL
comercial@datamercantil.com.br

datamercantil.com.br

PUBLICIDADE LEGAL

Hugo Motta cria Comissão Especial que analisará fim da escala 6x1

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), criou oficialmente a Comissão Especial que analisará o fim da escala 6x1. O deputado encaminhou na tarde desta sexta-feira (24) aos líderes o pedido de indicação de membros para o colegiado, que terá 38 membros titulares.

Seguindo as regras de proporcionalidade de bancadas, o PL terá direito de indicar sete membros. O líder da bancada, Sóstenes Cavalcante, afirma que ainda não definiu os nomes.

A federação formada por PT, PCdoB e PV terá direito a indicar seis parlamentares. No PT, membros afirmam que há mais interessados do que vagas e que será preciso escolher entre os parlamentares. No campo da esquerda, PSB e a Federação PSOL-Rede e PDT ainda poderão indicar um membro cada.

O União Brasil poderá indicar quatro membros. PP, MDB, PSD e Republicanos poderão indicar três membros cada. Já o Podemos, a Federação PSDB-Cidadania, Avante, Solidariedade, PRD e Novo terão direito a um deputado no colegiado, cada.

A proposta foi aprovada pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara nesta semana, em votação simbólica. Na Comissão Especial, devem ocorrer os debates de mérito.

O presidente Hugo Motta ainda não divulgou quem será o relator da matéria no colegiado e pretende discutir o nome antes com o presidente Luiz Inácio

CLIR Empreendimento Imobiliário – SPE S.A.					
CNPJ/MF nº 16.833.685/0001-97					
Relatório de Administração					
Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. As notas explicativas completas encontram-se à disposição na sede da Companhia. São Paulo, 16 de abril de 2026. A Administração					
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais)					
Ativo	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	2025	2024
Ativo circulante			Passivo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3.119.641	1.764.861	Fornecedores	73.165	4.730
Contas a receber	4.022.561	3.255.729	Obrigações trabalhistas e tributárias	1.610.904	1.554.549
Créditos diversos	2.332	2.332	Contas a pagar	3.090.800	2.503.746
Total do ativo circulante	7.144.534	5.022.922	Total do passivo circulante	4.774.869	4.063.026
Ativo não circulante			Passivo não circulante		
Depósitos judiciais	-	-	Partes relacionadas	-	-
Partes relacionadas	9.544.998	9.448.496	Obrigações com investidores – SCP	2.132.061	2.132.061
Despesas antecipadas	-	-	Total do passivo não circulante	2.132.061	2.132.061
Propriedade para investimento	82.951.089	82.951.089	Patrimônio líquido		
Imobilizado	25.864	34.582	Capital social	84.171.825	84.171.825
Total do ativo não circulante	92.521.951	92.434.167	Reserva legal	8.587.730	7.090.177
Total do ativo	99.666.485	97.457.089	Reserva de lucros	-	-
			Total do patrimônio líquido	92.759.555	91.262.002
			Total do passivo e patrimônio líquido	99.666.485	97.457.089
Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais)					
	2025	2024		2025	2024
Receita com locação de imóveis	37.207.006	34.276.089	Resultado operacional	34.210.996	28.757.164
(-) Descontos concedidos	-	(360.362)	Despesas financeiras	(339.671)	(146.524)
(-) Tributos incidentes	(1.330.255)	(1.242.691)	Receitas financeiras	151.046	79.477
Receita líquida	35.876.751	32.673.035	Resultado financeiro	(188.625)	(67.047)
Despesas operacionais	(2.309.825)	(2.877.338)	(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	34.022.371	28.690.117
Despesas administrativas e gerais	1.026	(65.232)	Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.071.320)	(3.597.066)
Despesas tributárias	643.044	(973.302)	Lucro líquido do exercício	29.951.051	25.093.052
Outras receitas e despesas	(1.665.755)	(3.915.871)			
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais)					
	2025	2024		2025	2024
Saldos em 31 de dezembro de 2023	84.171.825	5.835.525	Capital social	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	Reserva legal	-	-
Constituição de reserva legal	-	1.254.653	Reserva de lucros	-	-
Distribuição de lucros	-	-	Lucros acumulados	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	84.171.825	7.090.177	Total do patrimônio líquido	90.007.350	25.093.052
Lucro líquido do exercício	-	-			
Constituição de reserva legal	-	1.497.553			
Distribuição de lucros	-	-			
Saldos em 31 de dezembro de 2025	84.171.825	8.587.730			
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Expressos em Reais)					
1. Contexto Operacional – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios, consistentes de 31 unidades designadas "galpões" do "Centro Logístico Imigrantes", situado na			Rodovia Imigrantes, KM 26, Bairro Alvarenga, cidade de São Paulo/SP.		
2. Base de preparação – As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 16 de abril de 2026.					

CLO Rodoanel Osasco SPE S/A					
CNPJ/MF nº 29.967.703/0001-75					
Relatório de Administração					
Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. São Paulo, 16 de abril de 2026. A Administração					
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais)					
Ativo	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	2025	2024
Ativo circulante			Passivo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.188.081	608.897	Fornecedores	1.910	8.738
Contas a receber	1.937.610	2.127.822	Obrigações trabalhistas e tributárias	982.742	929.666
Créditos diversos	3.234	3.234	Cauções locatícios	1.743.205	2.021.204
Total do ativo circulante	3.128.925	2.739.953	Adiantamento de clientes	256	-
Ativo não circulante			Total do passivo circulante	2.728.113	2.959.608
Partes relacionadas	687.701	343.394	Patrimônio líquido		
Propriedade para investimento	138.901.893	148.580.898	Capital social	109.081.127	118.760.132
Total do ativo não circulante	139.589.594	148.924.292	Reserva de capital	27.264.158	27.264.158
Total do ativo	142.718.519	151.664.245	Reserva legal	3.645.121	2.680.347
			Total do patrimônio líquido	139.990.406	148.704.637
			Total do passivo e patrimônio líquido	142.718.519	151.664.245
Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais)					
	2025	2024		2025	2024
Receita operacional líquida	23.442.584	20.560.489	Receitas financeiras	45.042	7.351
Despesas operacionais	(2.365.438)	(1.969.196)	Resultado financeiro	(92.884)	(98.696)
Despesas administrativas e gerais	(2.365.438)	(1.969.196)	(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	21.904.809	18.407.667
Despesas tributárias	(13.242)	(84.930)	Imposto de renda e contribuição social – correntes	(2.630.037)	(2.190.880)
Outras receitas e despesas	933.789	-	Imposto de renda e contribuição social – diferidos	20.695	(105.094)
Resultado operacional	21.997.693	18.506.363	Lucro líquido do exercício	19.295.467	16.111.693
Despesas financeiras	(137.926)	(106.047)			
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais)					
	2025	2024		2025	2024
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	118.760.132	27.264.158	Capital social	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	Reserva de capital	-	-
Constituição de reserva legal	-	805.585	Reserva legal	-	-
Distribuição de lucros	-	-	Reserva de lucros	-	-
Outras movimentações	-	(2)	Lucros acumulados	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	118.760.132	27.264.158	Total do patrimônio líquido	148.844.445	16.111.693
Redução de capital	(9.679.005)	-			
Lucro líquido do exercício	-	-			
Constituição de reserva legal	-	964.773			
Distribuição de lucros	-	-			
Outras movimentações	-	-			
Saldos em 31 de dezembro de 2025	109.081.127	27.264.158			
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Valores expressos em Reais)					
1. Contexto Operacional – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios, composto por 36 unidades autônomas "galpões" do condomínio denominado CLO Centro Logístico			Osasco, localizado na Avenida Leonil Crê Bortolosso, nº945, Bairro São Pedro, Osasco-SP. 2. Base de preparação – As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 16 de abril de 2026.		

Lula da Silva (PT). A ideia é que a comissão comece a funcionar já na semana que vem, com a instalação e eleição da presidência e vice-presidência.

“Na semana que vem, quero dar início com o próximo passo que é criação

da comissão especial para quem sabe — e essa é a minha meta — nós chegemos ao final do mês de maio, que é o mês do trabalhador, e possamos entregar isso”, disse em entrevista à Rádio Correio, da Paraíba.

CNN

DATA MERCANTIL
SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.
datamercantil.com.br

voke

Voke S.A.

CNPJ/MF nº 04.212.396/0001-91

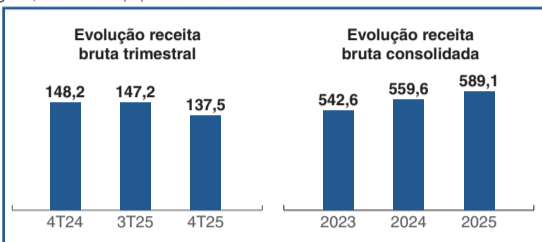
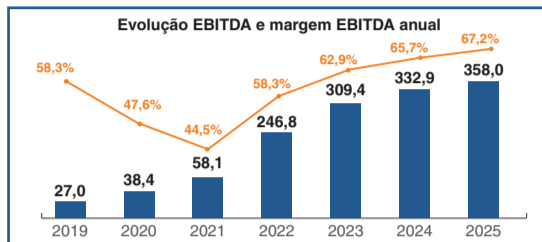
As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo Relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas – 31 de dezembro de 2025

Relatório da Administração

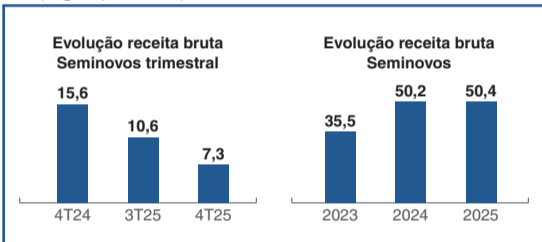
Em síntese, em 2025 a Companhia avançou de forma consistente na execução de seu plano estratégico, mesmo diante de um ambiente macroeconômico desafiador, marcado por elevada volatilidade e condições de crédito mais restritivas. Entregamos crescimento além de nosso potencial, uma vez que o mercado endereçável é muito grande e ainda sub-explorado; por outro lado, focamos em disciplina financeira e redução de custos, priorizando crescimento sustentável com rentabilidade e entregas de projetos importantes ao longo do ano, reforçando a solidez do modelo de negócios e a capacidade de adaptação da Companhia. Encerramos o ano de 2025 com receita bruta de R\$ 589,1 milhões, crescimento de 5,3% em relação ao ano de 2024. Ao compararmos 4T25 versus 4T24, houve uma pequena redução, impactada principalmente pela receita de Seminovos. A receita líquida de 2025 atingiu R\$ 533 milhões, 5,1% acima de 2024.

Esse desempenho reforça a evolução consistente da nossa performance operacional e evidencia a efetividade das iniciativas estruturais implementadas ao longo dos últimos anos, com investimentos em tecnologia e automação para tornar os fluxos de atividades mais ágeis e as estruturas de times mais eficientes. Em resumo, temos conseguido fazer mais, com menos.



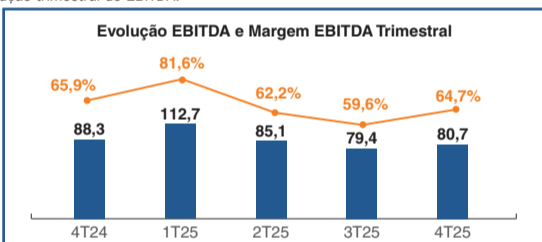
(em R\$ milhões)

A venda total de seminovos atingiu R\$ 7,3 milhões no quarto trimestre e um total de R\$ 50,4 milhões em 2025. Embora o desempenho trimestral esteja abaixo do mesmo período de 2024, o resultado reflete uma estratégia deliberada de priorização da venda de equipamentos oriundos do retorno de contratos de locação (versus o trade-in, estratégia de compra e revenda de seminovos), iniciativa que proporciona maior geração de caixa e otimização do capital empregado para a Companhia.



(em R\$ milhões)

O EBITDA alcançou R\$ 80,7 milhões no trimestre e R\$ 358,0 milhões no acumulado do exercício, um crescimento de 6,2% em relação ao ano anterior, refletindo uma margem operacional de 67,2%, a mais elevada da história da Companhia. Cabe destacar que o resultado de 2025 contempla R\$ 11,0 milhões em créditos fiscais extemporâneos, cujo efeito positivo já está refletido no fluxo de caixa da Voke. O gráfico a seguir apresenta a evolução trimestral do EBITDA:



(em R\$ milhões)

Como exemplos, fizemos investimentos relevantes em tecnologia, armazéns e operações desde 2020, e a redução da margem EBITDA à época foi causada, propositalmente, pelo aumento estratégico e planejado dessas despesas gerais e administrativas; estes investimentos agora estão sendo concluídos (ao longo de 2024, 2025 e 2026) o que permitiu que tivéssemos menos despesas fixas e maior eficiência operacional. Ao longo de 2025, concluímos também a integração das aquisições realizadas em 2024. Nossas Despesas comerciais, gerais e administrativas sobre Receita Líquida evoluíram de 23,4% em 2024, para 21,3% em 2025. Conseguimos integrar sistemas de diferentes áreas e CNPJs, decomissionando sistemas legados e reduzindo o custo com licenças. Também temos capturado economias com a implementação de iniciativas de inteligência artificial generativa, em áreas como marketing, jurídico e atendimento ao cliente; ainda assim, acreditamos que estamos ainda no começo, e que há inúmeras possibilidades que ainda não exploramos. Em 2025, otimizamos o número de armazéns, reduzindo a quantidade de unidades, o que se traduziu em mais equipamentos por metro quadrado. Também deixamos nossos processos mais simples, mantendo a centralidade no cliente – ao longo do ano, evoluímos em Qualidade e o SLA de atendimento a clientes melhorou, mesmo com a redução do custo de servir o cliente (COS) – nosso COS tem melhorado ao longo do ano, e conseguimos atender mais clientes e uma base de ativos maior, com menor custo operacional. Como consequência da nossa qualidade, renovamos e/ou estendemos contratos com nomes relevantes da nossa base de clientes. Também trouxemos “novos logos”, como Agibank, Sotreq, Defensorias Públicas de São Paulo, Rio de Janeiro e Maranhão, Ocyan entre outros. Ainda assim, priorizamos nossa base de clientes – em alguns casos, inclusive, conquistamos clientes de concorrentes. Temos focado em contratos rentáveis, e por isso nosso yield mensal (mensalidade/valor do equipamento) tem subido de forma vigorosa, estando acima de 6% em novas vendas realizadas ao final de 2025. Nossos esforços em crescimento sustentável, e os investimentos para garantir a escalabilidade criaram uma ótima capacidade de servir o cliente, e por isso a Voke é sempre lembrada por clientes e potenciais novos clientes. Também investimos muito para criação de awareness – em 2025, fizemos muitos esforços em marketing, com a visão de ser uma empresa top of mind em tecnologia: anunciamos em rádio e TV; patrocinamos um time de futebol; investimos em branding em diferentes frentes, desde influenciadores digitais, a canais do Youtube. Com isso, temos uma forte demanda comercial. Um dos principais movimentos estratégicos que fizemos em 2025 foi a evolução de nossa área de serviços de TI – começamos a divulgar mais, e vender projetos de serviços “standalone”, isto é, serviços que não incluem a locação do equipamento de TI. Essa linha de negócio ainda é pequena dentro do total da Companhia, mas tem crescido de forma consistente – além de ser uma demanda de nossa base de clientes, é uma forma de gerar caixa sem a necessidade de investimentos em Capex. O conceito de “one-stop-shop” tem sido cada vez mais demandado pelo mercado, e a Voke está bem posicionada para atender essa demanda. Poderíamos estar crescendo mais, mas preferimos garantir disciplina financeira. Por isso, reduzimos nossos investimentos em Capex em 2025, e temos priorizado manutenção de caixa para garantir liquidez, principalmente no curto prazo. No final de 2025, a Companhia realizou a captação de R\$ 353 milhões, por meio da emissão de debênture privada, e também com a captação de recursos junto à Caixa Econômica Federal; com os recursos, realizamos o pré-pagamento da 3ª Nota Comercial – uma emissão mais antiga e com overcollateral –, e também fizemos

reforço de caixa. A posição de Caixa e Equivalentes e aplicação financeira ao final de 2025 atingiu R\$ 195,6 milhões, reforçando a liquidez em um momento ainda incerto do ponto de vista macroeconômico. Nossa alavancagem no 4T25 atingiu 3,35x, distante do covenant de 4x, o mais comum entre as dívidas da Companhia. Temos trabalhado para reduzir ainda mais nossa alavancagem. Além disso, trabalhamos para manter boa bancabilidade – temos linhas de crédito pré-aprovadas, como R\$ 50 milhões junto ao BNDES; também tivemos cadastro aprovado no FINEP e estamos trabalhando em projeto para captação de recursos junto à entidade. Em 2025, trabalhamos mais ativamente junto a bancos de desenvolvimento. Temos discutido, também, de forma recorrente, novas emissões de dívida junto ao mercado. A Companhia permanece comprometida em crescer de forma sustentável, inovar e assegurar sua longevidade financeira no longo prazo. Seguimos direcionando esforços para ampliar margens por meio de vendas mais rentáveis, redução de custos e despesas, além da condução de uma agenda contínua de liability management. Em atendimento à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), especificamente ao disposto no art. 133, § 6º, incluído pela Lei nº 15.177, de 2025, a Voke presta as seguintes informações:

1 – Quantidade e proporção de mulheres por nível hierárquico

Nível	2025		2024	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Diretor	2	33%	2	40%
Gerente	13	43%	21	43%
Coordenador	24	57%	30	58%
Supervisor	16	53%	21	54%
Especialista	2	29%	2	18%
Team Leader	17	41%	21	44%
Executivo de Vendas	19	54%	24	45%
Comprador	2	50%	3	60%
Analista	103	57%	133	60%
Técnico	6	5%	4	3%
Assistente	63	52%	84	56%
Auxiliar	–	0%	1	20%
Total	267	42%	346	45%

2 – Mulheres no conselho da companhia

Nível	2025		2024	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Board	–	0%	–	0%

3 – Demonstrativo de remuneração fixa por sexo em cargos equivalentes

Categoria funcional	2024		2025	
	Razão do salário-base	Razão do salário-base	Razão do salário-base	Razão do salário-base
Diretor	1,29	1,2	1,29	1,2
Gerente	0,93	0,93	0,93	0,93
Coordenador	0,82	1,03	0,82	1,03
Supervisor	0,94	0,9	0,94	0,9
Especialista	1,37	1,14	1,37	1,14
Team Leader	1,02	0,99	1,02	0,99
Executivo de Vendas	1,08	0,86	1,08	0,86
Comprador	0,91	0,92	0,91	0,92
Analista	1,04	1,04	1,04	1,04
Técnico	1,03	1,19	1,03	1,19
Assistente	1,17	1,04	1,17	1,04
Auxiliar	1,95	0,84	1,95	0,84

Nenhuma de nossas conquistas teria sido possível sem o trabalho e a dedicação de nosso time. Agradecemos aos nossos colaboradores por todo o trabalho realizado no ano de 2025. Nosso obrigado, também, aos nossos stakeholders pela confiança e parceria ao longo de nossa trajetória.

A Administração

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)									
Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	154.810	152.184	158.368	158.041	Empréstimos, financiamentos e debêntures	342.663	255.225	346.540	263.650
Aplicações financeiras	37.256	30.697	37.256	30.697	Instrumentos derivativos passivo	220	38	254	38
Contas a receber de clientes	94.600	87.458	124.662	125.660	Fornecedores	37.341	56.872	52.069	77.204
Estoques	1.018	1.058	8.173	13.936	Obrigações tributárias	8.589	5.599	9.358	6.762
Adiantamentos a fornecedores	3.902	835	4.747	1.858	Imposto de renda e contribuição social	–	–	2.091	2.282
Impostos a recuperar	13.116	9.705	17.044	18.357	Obrigações trabalhistas e sociais	19.063	14.975	20.500	16.795
Despesas antecipadas	6.558	2.060	6.672	2.114	Passivo de arrendamento	3.330	6.712	3.563	7.458
Adiantamentos a funcionários	416	457	452	500	Aquisição de controladas a pagar	56.648	40.739	56.648	40.739
Outros ativos	61.419	22.796	61.934	30.983	Outras obrigações a pagar	34.884	20.386	21.611	16.432
Total dos ativos circulantes	373.095	307.250	419.308	382.146	Total dos passivos circulantes	502.738	400.546	512.634	431.360
Não circulante					Não circulante				
Contas a receber de clientes	2.380	2.380	25.670	20.416	Empréstimos, financiamentos e debêntures	929.486	848.723	929.486	852.447
Impostos a recuperar	8.387	7.750	9.509	8.766	Passivo de arrendamento	3.676	10.130	4.036	10.794
Depósitos judiciais e cauções	1.013	912	1.279	1.215	Obrigações tributárias	494	1.855	494	1.855
Despesas antecipadas	11.144	255	11.152	255	Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	11	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	3.242	–	2.799	Provisão para contingências	25.652	64.956	25.780	64.975
Ativo de indenização	25.827	65.271	25.827	65.271	Aquisição de controladas a pagar	53.797	88.050	53.797	88.050
Instrumentos derivativos ativo	–	–	–	1.299	Dividendos a pagar	–	–	26.971	26.971
Outros ativos	86.785	51.737	27.638	41.247	Outras obrigações a pagar	4.414	19.394	4.428	19.408
Total do realizável a longo prazo	135.536	131.547	101.075	141.268	Total dos passivos não circulantes	1.017.519	1.033.108	1.045.003	1.064.500
Investimentos	190.974	253.135	–	–	Patrimônio líquido				
Imobilizado	697.844	680.176	849.090	825.582	Capital social	105.671	105.671	105.671	105.671
Direito de uso	5.954	14.819	6.547	16.280	Transações de capital com os sócios	(7.527)	(7.527)	(7.527)	(7.527)
Intangível	184.022	160.253	248.785	244.110	Reserva legal	–	1.136	–	1.136
					Ajustes de avaliação patrimonial	(56)	952	(56)	952
					Reserva de lucros	–	13.294	–	13.294
					Prejuízos acumulados	(30.920)	–	(30.920)	–
Total dos ativos não circulantes	1.214.330	1.239.930	1.205.497	1.227.240	Total do patrimônio líquido	67.168	113.526	67.168	113.526
Total do ativo	1.587.425	1.547.180	1.624.805	1.609.386	Total do passivo e do patrimônio líquido	1.587.425	1.547.180	1.624.805	1.609.386

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas líquidas	418.251	416.301	532.959	506.909
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(186.717)	(175.698)	(244.768)	(220.061)
Lucro bruto	231.534	240.603	288.191	286.848
Despesas administrativas e gerais	(87.816)	(86.850)	(111.637)	(112.770)
Despesas comerciais	(358)	(5.579)	(1.847)	(6.099)
(Perda)/Reversão por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	(1.264)	86	(4.728)	(612)
Resultado de equivalência patrimonial	15.462	15.551	–	–
Outras receitas, líquidas	(32.221)	30.226	33.221	35.755
(Despesas) operacionais, líquidas	(41.755)	(46.566)	(84.991)	(83.726)
Lucro operacional	189.779	194.037	203.200	203.122
Receitas financeiras	24.816	29.693	26.220	32.520
Despesas financeiras	(243.647)	(190.648)	(249.711)	(195.395)
Resultado financeiro, líquido	(218.831)	(160.955)	(223.491)	(162.875)
(Prejuízo) Lucro do exercício antes dos impostos de renda e contribuição social	(29.052)	33.082	(20.291)	40.247
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(99)	–	(8.860)	(7.165)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	(2.910)	(10.372)	(2.910)	(10.372)
Imposto de renda e contribuição social, líquidos	(3.009)	(10.372)	(11.770)	(17.537)
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(32.061)	22.710	(32.061)	22.710
Resultado atribuído aos: Acionistas controladores	(32.061)	22.710	(32.061)	22.710
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(32.061)	22.710	(32.061)	22.710
Resultado líquido por ação – básico e diluído – em R\$	(1,1821)	0,8373	(1,1821)	0,8373

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros				Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
		Reserva legal	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido		
Saldos em 1º de janeiro de 2024	105.671	(7.527)	–	(15)	(180)	97.949	
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	22.710	22.710	
Resultado de instrumentos financeiros derivativos, líquido dos tributos	–	–	–</				

PUBLICIDADE LEGAL

... continuação **Voqe S.A.**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Atividades operacionais				
(Prejuízo) Lucro do exercício antes dos impostos de renda e contribuição social	(29.052)	33.082	(20.291)	40.247
Ajustes de receitas e despesas que não afetam caixa e equivalentes:				
Depreciação e amortização	125.669	107.374	147.031	121.383
Amortização de arrendamentos	6.732	7.543	7.742	8.395
Resultado de equivalência patrimonial	(15.462)	(15.551)	-	-
Compra vantajosa	(20.657)	(29.520)	(20.657)	(29.520)
Resultado na venda do ativo imobilizado	11.161	18.151	14.041	23.416
Ganho (Perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	1.264	(86)	4.729	612
Varição cambial	-	510	-	510
Juros provisionados sobre empréstimos, dívida de aquisição de controladas, arrendamentos e empréstimos com ex-acionistas	232.221	179.250	233.594	181.291
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	1.253	485	1.981	627
Juros aplicações financeiras e mútuos	(22.585)	(28.056)	(22.636)	(28.611)
Créditos extemporâneos	(9.740)	(683)	(10.853)	(6.353)
Provisão para contingências	163	-	281	151
Outras movimentações que não afetam caixa	(833)	93	(835)	96
(Aumento) redução de ativos e passivos operacionais				
Contas a receber de clientes	(5.536)	(1.478)	(8.985)	(16.426)
Estoques	40	(637)	5.763	(765)
Adiantamentos a fornecedores	(3.060)	379	(2.889)	1.609
Impostos a recuperar	9.581	2.461	11.423	1.025
Outros ativos	(1)	11	-	619
Despesas antecipadas	(15.387)	(260)	(15.455)	(288)
Adiantamento a funcionários	52	6	48	30
Depósitos judiciais e cauções	(10)	(398)	(64)	(434)
Fornecedores	(20.181)	37.434	(25.135)	50.421
Obrigações trabalhistas	4.088	(632)	3.705	(2.018)
Outras obrigações a pagar	2.396	(4.458)	2.274	(5.590)
Obrigações tributárias	1.827	1.037	1.567	623
Aquisições de itens do ativo imobilizado para locação	(88.982)	(158.121)	(157.387)	(195.530)
Pagamento de provisão de reestruturação	(24)	-	(3)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(741)	-	(9.051)	(6.804)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	164.196	147.936	139.908	138.716
Atividades de investimento				
Aquisição de investimentos líquido de caixa adquirido	3.730	(64.291)	-	(62.707)
Recebimento de mútuo com partes relacionadas	13.269	-	13.269	-
Mútuos com partes relacionadas	(58.361)	(17.227)	(20.210)	(11.274)
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(114)	(1.409)	(1.053)	(1.982)
Aquisições de itens do ativo intangível	(9.216)	(13.281)	(10.159)	(16.674)
Aplicações financeiras, líquida de resgate	5.625	(3.621)	5.676	(3.066)
Aumento de capital em controladas	(838)	(25.130)	-	-
Dividendos recebidos de controladas	-	9.764	-	-
Pagamentos por aquisição de controladas	(23.100)	(33.600)	(23.100)	(33.600)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimentos	(69.005)	(148.795)	(35.577)	(129.303)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Emissão de empréstimos, financiamentos e debêntures com terceiros	542.494	702.333	542.494	710.466
Instrumentos financeiros derivativos	(1.071)	(1.281)	(1.738)	(1.420)
Pagamento de duplicatas descontadas	-	-	-	(2.946)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures com terceiros	(369.119)	(464.468)	(377.652)	(475.427)
Juros e encargos sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos pagos	(232.639)	(163.686)	(233.751)	(166.325)
Pagamentos de arrendamento mercantil	(7.703)	(6.644)	(8.662)	(7.547)
Pagamento de empréstimos com antigos acionistas	(11.238)	(8.222)	(11.238)	(8.222)
Dividendos pagos	(13.289)	(8.100)	(13.289)	(8.100)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos	(92.565)	49.332	(103.836)	39.879
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	-	-	(168)	108
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	2.626	48.473	327	49.400
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	152.184	103.711	158.041	108.641
Caixa e equivalentes de caixa no encerramento do exercício	154.810	152.184	158.368	158.041
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	2.626	48.473	327	49.400

Demonstrações do Valor Adicionado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	418.251	416.301	532.959	506.909
Outras receitas	32.222	30.459	33.361	36.133
(Perdas) Reversão por redução ao valor recuperável de contas a receber	(1.264)	86	(4.729)	(612)
449.209	446.846	561.591	542.430	
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(16.568)	(21.236)	(43.616)	(44.456)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(51.769)	(47.224)	(66.371)	(61.414)
Outras	(1)	(233)	(140)	(378)
(68.338)	(68.693)	(110.127)	(106.248)	
Valor adicionado bruto	380.871	378.153	451.464	436.182
Depreciação e amortização	(132.401)	(114.917)	(154.773)	(129.778)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	248.470	263.236	296.691	306.404
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	15.462	15.551	-	-
Receitas financeiras	24.816	29.693	26.220	32.520
40.278	45.244	26.220	32.520	
Valor adicionado total a distribuir	288.748	308.480	322.911	338.924
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	58.332	68.739	73.463	84.017
Remuneração direta	35.035	36.752	45.798	47.516
Benefícios	17.873	26.760	21.170	30.349
F.G.T.S	5.424	5.227	6.495	6.152
Impostos, taxas e contribuições	17.648	25.159	29.216	34.568
Federais	17.175	24.741	28.588	34.093
Estaduais	472	407	626	464
Municipais	1	11	2	11
Remuneração de capitais de terceiros	244.829	191.872	252.293	197.629
Juros	232.221	179.250	233.594	181.291
Aluguéis	1.036	1.215	2.143	1.638
Outras	11.572	11.407	16.556	14.700
Remuneração de capitais próprios	(32.061)	22.710	(32.061)	22.710
Dividendos	-	8.100	-	8.100
Lucros retidos do exercício	(32.061)	14.610	(32.061)	14.610
288.748	308.480	322.911	338.924	

riscos de inadimplência previstos na política de crédito da Companhia. Além da geração de caixa operacional, a Administração considera a captação de novas dívidas, ao longo dos próximos doze meses, para fazer frente ao pagamento de juros e ao endividamento apresentado nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas. Adicionalmente, novos empréstimos estão considerados nas projeções com o objetivo de viabilizar investimentos em equipamentos de informática destinados à locação, bem como suportar a execução do plano de crescimento da Companhia. No que tange à captação de novas dívidas, a Companhia mantém linhas de crédito pré-aprovadas junto a bancos de primeira linha. A Companhia possui receitas contratadas no montante de R\$ 430,3 milhões para os próximos 12 meses. Esse volume, entretanto, ainda não está refletido na rubrica de Contas a Receber, em razão do regime de competência aplicado ao reconhecimento contábil dessas receitas. Considerando esse fluxo contratado, a Administração entende que a Companhia dispõe de recursos suficientes para honrar suas obrigações financeiras de curto prazo. **1.1. Relação de entidades controladas:** As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 incluem as operações da Controladora e das suas Controladas, cuja participação percentual nas datas dos balanços está assim resumida:

Razão social	País sede	% Participação direta	
		31/12/2025	31/12/2024
Voqe Seminovos Ltda. ("Voqe Seminovos" ou "Seminovos")	Brasil	100%	100%
Convex Locações de Produtos de Informática Ltda. ("Convex")	Brasil	100%	100%
Suprisul Locação e Serviço Ltda. ("Suprisul") (a)	Brasil	Incorporada	100%
CSI Loctech Ltda. ("CSI")	Brasil	100%	100%
Renter Informática Ltda. ("Renter")	Brasil	100%	100%
Atta Tecnologia S.A. ("Atta")	Brasil	100%	100%
VOKE USA, LLC ("Voqe LLC")	Estados Unidos	100%	100%

(a) Em 01 de julho de 2025 a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou a incorporação da Suprisul que ocorreu na mesma data, como parte do planejamento estrutural, e tem como objetivo promover benefícios de ordem administrativa e econômica, assim como a simplificação operacional e financeira no qual acarretará a redução de custos incidentes sobre as operações e atividades desenvolvidas pelas sociedades.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e normas IFRS): As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (*IFRS@Accounting Standards*)), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (*IFRIC@ Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC@ Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumariadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.7.1. A emissão das demonstrações financeiras, foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 30 de março de 2026. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, Individuais e Consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Voqe S.A. ("Companhia", "Controladora" ou "Voqe"), é uma Companhia aberta de capital fechado, com sede na Av. Guido Caloi nº 1.985, Galpão 23, Bairro Jardim São Luis, São Paulo-SP, com filiais em Belo Horizonte-MG, Fortaleza-CE e Rio de Janeiro-RJ. A Companhia e suas controladas ("Grupo") têm como atividade a prestação de serviços de infraestrutura de tecnologia, incluindo a locação de equipamentos de tecnologia da informação, o conserto e manutenção de equipamentos, o comércio varejista de equipamentos da área de informática e eletrônicos, e a realização de serviços de suporte de tecnologia. Como consequência e visando a consecução das atividades de locação, o Grupo compra equipamentos novos e realiza a locação destes em contratos tanto de longo prazo, superiores a 12 meses, quanto de curto prazo, inferiores a 12 meses. Ao final da sua vida econômica de locação, o Grupo realiza a venda dos equipamentos para pessoas físicas e jurídicas, após processo de reforma e formatação destes. Em complemento, o Grupo também realiza serviços de tecnologia em geral, como *help desk*, *body shop*, e a revenda de licenças de softwares. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a receita de aluguel contratada com seus clientes foi de R\$ 1.021.028. A carteira, com mais de 2000 clientes de todo o Brasil, apresenta baixa concentração, sendo que o cliente com maior representatividade corresponde por menos de 8% do total contratado. Essa diversificação reduz a dependência de clientes específicos e contribui para a previsibilidade da realização da receita futura, mesmo considerando os

Diretoria		Contador	
Rene Vaz de Almeida Diretor Presidente	João Luis Pereira Lima Filho Diretor Vice-Presidente	Chyou Pey Tyng Diretora Financeira	Vinicius de Souza Santos CRC-1SP 299.195/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Voqe S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Voqe S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA – Teste de valor recuperável (impairment) do ágio – Notas 3.1.7 e 11: Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de ágio (goodwill) de combinações de negócios totaliza R\$ 77.719 mil. A Companhia efetua, anualmente, o teste do valor recuperável do ágio, calculado com base na metodologia de fluxo de caixa descontado. As projeções de caixa elaboradas pela Companhia para determinação do valor recuperável, determinado pela abordagem do valor em uso, incluem dados e premissas que envolvem julgamentos significativos por parte da administração, tais como: taxa de crescimento anual, taxa de desconto e taxa de crescimento na perpetuidade. Esse tema foi considerado como um dos Principais Assuntos de Auditoria, tendo em vista a relevância do saldo de ágio, bem como pelo fato de que variações nas principais premissas utilizadas podem impactar significativamente as estimativas dos fluxos de caixas projetados e a mensuração do valor recuperável do ágio e, por consequência, as demonstrações financeiras da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controles internos relevantes relacionados com o processo de mensuração do valor recuperável do ágio. Com o apoio de nossos especialistas em avaliação de ativos e negócios, analisamos a razoabilidade dos modelos de cálculo utilizados pela administração para preparar as projeções, além das principais premissas utilizadas, como taxa de crescimento anual, taxa de desconto e taxa de crescimento na perpetuidade, comparando-as, quando disponíveis, com dados de mer-

cado. Testamos a coerência lógica e consistência aritmética dos modelos preparados pela Companhia, bem como confrontamos as principais premissas das projeções de caixa com os orçamentos financeiros aprovados pelos responsáveis pela governança da Companhia, utilizados nas estimativas de fluxos de caixa para determinação do valor recuperável. Por fim, efetuamos leitura das divulgações nas notas explicativas. Com base nos procedimentos de auditoria realizados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração da Companhia, na avaliação do valor recuperável para fins de teste impairment do ágio, são consistentes com dados e informações obtidas.

Outros assuntos – Demonstrações do Valor Adicionado: As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável,

as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2026.

nstech S.A.

CNPJ/MF nº 35.714.295/0001-42

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos Patrimoniais					Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido											
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Controladora					Consolidado					
		2025	2024	2025	2024	Capital social		Reserva de capital			Patrimônio líquido atribuível aos acionistas		Patrimônio líquido total			
Circulante						Capital subscrito	Capital a integralizar	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Acionistas controladores	Acionistas não controladores
Caixa e equivalentes de caixa	6	19.759	6.557	191.992	144.607	69.394	(12.618)	643.380	(2.218)	471.437	698	23.836	-	1.193.909	746	1.194.655
Contas a receber	7	-	-	233.358	196.108	4.181	5.916	-	-	-	-	-	-	10.097	-	10.097
Estoques		-	-	904	1.464	-	-	(785)	(71.932)	-	-	-	-	(71.932)	-	(71.932)
Impostos a recuperar	8	1.932	2.498	7.274	19.989	-	-	-	-	12.261	-	-	-	12.261	-	12.261
Adiantamentos	9	220	15	4.694	8.896	-	-	3.316	-	61.679	-	-	9.480	64.995	-	64.995
Despesas antecipadas		675	4	9.058	6.096	-	-	-	-	134	-	-	-	134	-	134
Outros ativos		-	-	6.012	7.801	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.303)	(1.303)
		22.586	9.074	453.292	384.961											
Não circulante																
Aplicação financeira		-	-	821	849	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas		5.898	544	12	66	-	-	-	-	-	-	-	-	951	-	10.431
Depósitos judiciais	19	-	-	2.919	1.255	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	138	-	2.117	15.443	-	-	-	-	-	-	9.480	(9.480)	-	-	-
Outros ativos		-	-	184	359	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos	10	1.348.443	1.259.794	619	2.753	-	-	-	(8.587)	-	-	-	-	(8.587)	-	(8.587)
Direito de uso	11	-	-	15.882	21.138	-	-	(82.737)	82.737	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	12	-	-	25.660	25.632	-	-	-	-	-	-	(97.773)	-	(97.773)	-	(97.773)
Intangível	13	16.943	25.067	1.355.434	1.318.314	-	-	-	-	864	-	-	-	864	-	864
		1.371.422	1.285.405	1.403.650	1.385.809											
Total do ativo		1.394.008	1.294.479	1.856.940	1.770.770											
Passivo																
Circulante																
Fornecedores	14	831	255	63.328	50.842	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar de combinação de negócios	15	-	-	39.101	80.439	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	94.232	26.534	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos de arrendamentos	11	-	-	3.859	7.886	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Salários e encargos a pagar	17	-	-	89.972	79.558	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impostos e contribuições a recolher	8	16	7	12.801	12.780	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	18	21.020	66.535	62.280	78.505	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		21.867	66.797	365.573	336.544											
Não circulante																
Contas a pagar de combinação de negócios	15	-	-	60.399	59.025	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas		1.080	1.083	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	16	35.027	-	49.438	88.786	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos de arrendamentos	11	-	-	14.201	15.114	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações tributárias	8	-	-	1.955	2.871	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de contingências	19	-	-	9.911	14.288	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IRPJ e CSLL diferidos	20	5.758	8.440	-	28.484	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar	18	97.780	-	98.981	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	18	-	-	20.942	7.105	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		139.645	9.523	255.827	215.673											
Patrimônio líquido																
Capital social	21	71.373	66.873	71.373	66.873	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de capital	21	563.174	571.761	563.174	571.761	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial		548.819	545.511	548.819	545.511	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		698	698	698	698	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros		48.432	33.316	48.432	33.316	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acionistas não controladores		-	-	3.041	394	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		1.232.496	1.218.159	1.235.537	1.218.553											
Total do passivo e patrimônio líquido		1.394.008	1.294.479	1.856.940	1.770.770											

Demonstrações do Resultado do Exercício					Demonstrações dos Fluxos de Caixa				
Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	23	-	1.155.978	952.467	Lucro antes do IRPJ e CSLL	110.068	6.947	139.298	26.435
Custo dos serviços prestados	24	-	(403.821)	(340.187)	Ajustes ao lucro				
Lucro bruto			752.157	612.280	Depreciações	12	-	9.199	8.444
Despesas operacionais					Amortizações	13	8.124	8.318	83.168
Despesas com vendas e marketing	24	(16)	(159.784)	(35.343)	Amortizações de direito de uso	11	-	-	8.168
Despesas administrativas	24	(907)	(3.786)	(193.650)	Baixa do ativo imobilizado e intangível	12/13	-	-	46.916
Amortização de ativos-aquisições	24	(8.124)	(8.180)	(62.146)	Provisão para contingências	19	-	-	(4.377)
Outras despesas, líquidas	24	1	(2.473)	(1.708)	Perdas (ganhos) estimadas com créditos de liquidação duvidosa	7	-	-	9.718
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	24	-	(172.280)	(145.226)	Impairment	13	-	-	54.956
Resultado de equivalência patrimonial	10	118.980	12.498	162	Juros sobre contratos de arrendamentos	11	-	-	2.135
Lucro operacional			109.949	516	Juros passivos sobre contratos de empréstimos	16	(414)	-	17.083
Receita financeira	25	1.259	7.081	30.642	Juros passivos s/ combinação de negócios	15	-	-	17.415
Despesas financeiras	25	(1.140)	(650)	(53.330)	Perda renunciatória de investimentos em aquisição de controladas (ágio)	10	-	-	24.416
Lucro antes do IRPJ e CSLL			110.068	6.947	Perda em operação de swap	10	(118.980)	(12.498)	(1.831)
IRPJ e CSLL correntes	20	-	(249)	(40.598)	Equivalência patrimonial	10	(118.980)	(12.498)	(162)
IRPJ e CSLL diferidos	20	2.821	2.781	15.635	Variações nos ativos:				
Lucro líquido do exercício			112.889	9.480	Contas a receber	7	-	(46.968)	(59.239)
Atribuível a:					Partes Relacionadas		(5.357)	(470)	54
Acionistas da Companhia			112.889	9.480	Estoques		-	-	560
Não controladores			-	-	Impostos a recuperar	8	566	(462)	12.716
Quantidade de ações em milhares			68.922	70.124	Adiantamentos	9	(204)	(15)	4.202
Quantidade média de ações em milhares			69.624	69.650	Despesas antecipadas	19	(671)	244	(2.962)
Lucro por ação em Reais (básico e diluído)			1,55	0,18	Depósitos judiciais	19	-	-	(1.664)
					Outros ativos		-	-	7.205

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas				
1. Contexto operacional – A nstech S.A. ("nstech", "Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade e Estado de São Paulo. A nstech e suas controladas (conjuntamente, "Grupo") atuam no desenvolvimento, licenciamento e manutenção de soluções tecnológicas voltadas à gestão, integração e monitoramento do transporte de cargas. O modelo de negócios do Grupo é predominantemente estruturado em receitas recorrentes oriundas de contratos de licenciamento de software (SaaS), bem como receitas transacionais e de serviços tecnológicos associados. As soluções do Grupo incluem funcionalidades de gestão de transporte (TMS), monitoramento e gerenciamento de riscos, compliance e processamento de transações, disponibilizadas por meio de arquitetura tecnológica modular, com integração entre sistemas e compartilhamento estruturado de dados. A Companhia vem avançando em um processo contínuo de integração tecnológica e padronização de suas soluções no âmbito de iniciativa estratégica denominada TNS – Transportation Network System, que tem por objetivo estruturar um ambiente digital integrado para conexão dos participantes da cadeia logística. O Grupo atua principalmente no Brasil e mantém presença internacional, incluindo a controlada Log Risk, S. de L.V. de C.V., no México, observando as práticas de governança corporativa e conformidade regulatória aplicáveis às jurisdições em que opera. A estratégia operacional contempla a integração progressiva das soluções adquiridas, padronização das bases de dados e modernização da infraestrutura tecnológica, com foco em eficiência operacional e escalabilidade. Principais eventos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 – Combinações de negócios: As aquisições descritas abaixo estão alinhadas à estratégia de expansão do portfólio de soluções e fortalecimento da atuação do Grupo no setor de tecnologia aplicada ao transporte e logística. (i) Aquisição de controle da Gasola Serviços de Internet S.A. ("Gasola"): Em 30 de junho de 2025, a controlada Bunny Projetos e Serviços de Riscos Securitários Ltda. celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para aquisição de 100% das ações da Gasola Serviços de Internet S.A., tendo o fechamento da transação ocorrido na mesma data. A Gasola atua no desenvolvimento, exploração, licenciamento e comercialização de software para gestão e automação de abastecimento de combustíveis. (ii) Aquisição de controle da Runtec Informática Ltda. ("Runtec"): Em 30 de outubro de 2025, a controlada Bunny Projetos e Serviços de Riscos Securitários Ltda. celebrou Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, para a aquisição de 100% das quotas da Runtec Informática Ltda., com fechamento da transação ocorrido na mesma data. A Runtec atua no desenvolvimento, exploração e comercialização de softwares voltados ao monitoramento da cadeia logística de entregas. Reorganização societária: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprovadas reorganizações societárias entre entidades pertencentes ao mesmo grupo econômico, com o objetivo de simplificação estrutural, redução de custos administrativos e ganho de eficiência operacional. O critério utilizado para avaliação das entidades incorporadas foi o valor contábil do patrimônio líquido, conforme registrado nos balanços patrimoniais levantados na data-base indicada nos respectivos Laudos de Avaliação, aprovados nas alterações contratuais correspondentes. (i) Incorporação da Log.One Tecnologia da Informação Ltda.: Em 31 de março de 2025, foi aprovada a incorporação da Log.One Tecnologia da Informação Ltda., de acordo com o laudo de avaliação a valor contábil, o patrimônio líquido representava R\$ 1.146, sendo a KMM Soluções Tecnológicas Ltda. a incorporadora. (ii) Incorporação da ATUA Sistemas de Informação Ltda.: Em 30 de junho de 2025, foi aprovada a incorporação da ATUA Sistemas de Informação Ltda., de acordo com o laudo de avaliação a valor contábil, o patrimônio líquido representava R\$ 15.896, sendo a KMM Soluções Tecnológicas Ltda. a incorporadora. (iii) Incorporação da GBM Malha Norte Ltda., GBM Malha Sul Ltda.: Em 30 de junho de 2025, foi aprovada a incorporação da GBM Malha Norte Ltda. e da GBM Malha Sul Ltda., que apresentavam, respectivamente, patrimônio líquido de R\$ 320 e R\$ 385 na data-base do laudo de avaliação, sendo a GBM Consultoria e Tecnologia Ltda. a incorporadora. Reforma tributária: Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025, que estabeleceu a regulamentação inicial da reforma tributária sobre o consumo no Brasil. O novo modelo instituiu o Imposto sobre Valor Agregado repartido ("IVA dual"), composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS"), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços ("IBS"), de competência subnacional, os quais substituirão tributos como PIS, COFINS, ICMS e ISS. A legislação também instituiu o Imposto Seletivo ("IS"), aplicável a bens e serviços definidos em lei. A implementação ocorrerá de forma gradual a partir de 2026, com período de transição em que coexistirão o sistema atual e o novo modelo. A Administração acompanha a evolução da regulamentação e monitora eventuais impactos à medida que as normas se tornem suficientemente detalhadas para mensuração. Com base nas informações disponíveis até a data de autorização destas demonstrações financeiras, não foram reconhecidos efeitos nos relatórios individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025. 2. Base de preparação – 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 (Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral), emitida pelo CPC em 21 de novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, então sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Companhia preparou essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade do Grupo. As principais práticas contábeis (Nota 2.5) aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas em reunião pela Administração realizada em 07				

Demonstrações do Resultado Abrangente				
Nota	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício			112.889	9.480
Conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior			864	134
Ajustes de avaliação patrimonial			-	-
Aquisição de participação de acionista minoritário			12.261	12.261
Instrumento patrimonial de combinação				

... continuação

nstech S.A.

Estrutura Organizacional (Controladas)	Denominação	Atividade principal	Participação			
			31/12/2025		31/12/2024	
GBM Logística Sudeste Ltda.	GBM Logística	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
GBM Malha Norte Ltda. (a)	GBM Malha Norte	Desenvolvimento e implantação de software	-	-	Indireta	100,00%
GBM Malha Sul Ltda. (b)	GBM Malha Sul	Desenvolvimento e implantação de software	-	-	Indireta	100,00%
Gridnet Tecnologia Ltda.	Gridnet	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
Hivelog Soluções em Tecnologia da Informação Ltda.	Hivelog	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
KMM Soluções Tecnológicas S.A.	KMM	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
Log Risk, S. de L.V. de C.V.	Log Risk	Gerenciamento de riscos	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
Log.one Tecnologia da Informação Ltda. (e)	Log.one	Desenvolvimento e implantação de software	-	-	Indireta	100,00%
NS Note Tecnologia e Investimentos Ltda.	NS Kote	Marketplace	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
Otimizy Sistemas Inteligentes Ltda.	Otimizy	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
Otimizy Sistemas Inteligentes Ltda.	Otimizy	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
Qualp Portal de Internet Ltda.	Qualp	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
RoutEasy Serviços de Assessoria Logística S.A.	RoutEasy	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
Signa Consultoria e Sistemas Ltda.	Signa	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
Techapeco Sistemas Ltda.	Multisoftware	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
nstech IP Instituição de Pagamento S.A.	nstech IP	Pagamento eletrônico (e-frete)	Indireta	93,87%	Indireta	93,87%
Gasola Serviços de Internet S.A. (c)	Gasola	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	-	-
Runtec Informática Ltda. (f)	Runtec	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	-	-
lamtech Tecnologia da Informação Ltda.	lamtech	Averbação eletrônica	Indireta	50%	Indireta	50,00%

(a) Em 30 de junho de 2025, a nstech, por meio de sua controlada GBM Consultoria e Tecnologia Ltda., incorporou 100% do capital social da GBM Malha Norte Ltda. (b) Na mesma data, 30 de junho de 2025, a nstech, também por meio de sua controlada GBM Consultoria e Tecnologia Ltda., incorporou 100% do capital social da GBM Malha Sul Ltda. (c) Em 30 de junho de 2025, a nstech, por meio de sua controlada Bunny Projetos e Serviços Ltda., adquiriu 100% do capital social da Gasola Serviços de Internet S.A. (d) Em 31 de maio de 2025, a nstech, por meio de sua controlada KMM Tecnologia Ltda., incorporou 100% do capital social da Atua Sistemas Ltda. (e) Em 30 de junho de 2025, a nstech, por meio de sua controlada KMM Tecnologia Ltda., incorporou 100% do capital social da Log One Tecnologia Ltda. (f) Em 31 de outubro de 2025, a nstech, por meio de sua controlada Bunny Projetos e Serviços Ltda., adquiriu 100% do capital social da Runtec Informática Ltda. (g) A Frete Rápido Desenvolvimento De Tecnologia Logística S.A., do qual a nstech exerceu, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o direito de opção de compra da participação societária de out outros acionistas no percentual de 40%, adicionada com a opção exercida no exercício de 2024, totalizando então, 70%, o que a coloca na condição de controlada. O valor da opção exercida totaliza R\$ 7.5. **2.6 Resumo das principais políticas contábeis:**

a) Instrumentos financeiros: (i) Ativos e passivos financeiros: Classificação: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo quando o Grupo for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, exceto pelas contas a receber que não possuem componente de financiamento significativo e que são mensuradas ao preço da transação. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR) são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Havendo ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), estes serão mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por impairment, juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, serão reconhecidas em VJORA e acumuladas na reserva de valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao VJR são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Para ativos financeiros, a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados, excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros também é fornecida na seguinte nota explicativa: • Contas a receber de clientes – Nota 7. • Perda por redução do valor recuperável (impairment) – Nota 13. A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. A Companhia, para as contas a receber de clientes, reconhece o montante financeiro inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos a perda estimada com crédito de liquidação duvidosa (PECLD). Uma PECLD é constituída quando há evidência objetiva de que a empresa não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais dos recebíveis. Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar em falência ou reorganização financeira e inadimplência ou inadimplência dos pagamentos são considerados indicadores de que o recebível está deteriorado. O valor da PECLD é a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontando à taxa de juros efetiva original. O valor contábil do ativo é reduzido pelo uso de uma perda estimada e essa perda estimada é reconhecida na demonstração do resultado em "Despesa de PECLD". Quando uma conta a receber de clientes é incobrável, ela é baixada contra a conta de PECLD para contas a receber de clientes. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas no mesmo grupo de contas. Uma análise da idade do contas a receber é feita mensalmente e uma atenção especial deve ser dada ao recebimento destes títulos. Qualquer risco identificado de não recuperabilidade deve ser apresentado nas contas. Para saldos vencidos há mais de 180 dias, para todas as contas a receber deve haver documentação comprobatória em relação ao seu recebimento. Adicionalmente, para os clientes que possuem contas a receber vencidos acima de 180 dias e este valor representar mais que 50% do seu valor total em aberto, 100% do saldo deste cliente deverá ser provisionado como PECLD. **Desreconhecimento:** O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira, como também quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido ao valor justo. **(ii) Instrumentos financeiros derivativos:** O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de gerenciar sua exposição aos riscos de mercado, especialmente aqueles decorrentes de variações nas taxas de juros e de câmbio. Esses instrumentos incluem, quando aplicável, contratos de câmbio a termo, opções e swaps, sendo que, de forma geral, o Grupo opera com derivativos do tipo swap relacionados a operações de natureza 4131, sem a aplicação de contabilidade de hedge (hedge accounting). Os instrumentos derivativos são reconhecidos inicialmente ao valor justo na data de contratação e, subsequentemente, remensurados ao valor justo ao final de cada período de reporte. As variações no valor justo, influenciadas principalmente por mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio e demais variáveis de mercado, são reconhecidas diretamente no resultado do período. O valor justo dos derivativos reflete, entre outros fatores, a marcação a mercado (mark-to-market) desses instrumentos na data-base das demonstrações financeiras. Os derivativos com valor justo positivo são reconhecidos como ativos financeiros, enquanto aqueles com valor justo negativo são reconhecidos como passivos financeiros. A baixa desses instrumentos ocorre quando os direitos contratuais expiram ou quando os contratos são liquidados. Para fins de apresentação, os derivativos são classificados como ativos ou passivos circulantes ou não circulantes com base no prazo remanescente de vencimento. São classificados como não circulantes aqueles com liquidação prevista superior a 12 meses e para os quais não se espera realização ou liquidação no curto prazo; os demais são classificados no circulante. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **c) Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Com base no CPC 48 – Instrumentos financeiros, ao mensurar as perdas de crédito esperadas, a Companhia usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros, devido às estimativas de perdas esperadas para os próximos 12 meses. A perda de crédito esperada se baseia na diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais que são devidos à Companhia, de acordo com o contrato, quando aplicável, e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados pela taxa de juros efetiva original. **d) Arrendamentos:** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. Na

data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início por que a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **e) Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e sua controlada incluem o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras despesas e receitas no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e sua controlada e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repositado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia e sua controlada irão obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. Em relação as controladas estas são as taxas fiscais para os bens do ativo imobilizado:

Classe	Período
Edificações	25 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamento de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Benefícios em imóveis de terceiros	2 – 5 anos

Os métodos, taxas e vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **f) Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente, ou quando qualquer evidência de deterioração do valor for identificada antes do período de um ano, em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa (UGC). A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável, caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **g) Pesquisa e desenvolvimento:** Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis e se a Companhia teve a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. A vida útil dos ativos de desenvolvimento reflete o período de retorno financeiro de cada projeto. Os gastos de desenvolvimento capitalizados, quando os critérios acima descritos forem atendidos, incluem o custo de mão de obra que são diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. As atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos para venda ou intenção de concluir o ativo para uso. **Agio:** O agio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. **Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado e o agio não é amortizado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **h) Perda por redução do valor recuperável (impairment):** A Companhia avalia, a cada data de balanço, se existe uma indicação de que um ativo pode apresentar redução ao valor recuperável. Se houver qualquer indicação, ou quando o teste anual de impairment de um ativo for necessário, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor justo de um ativo ou UGC menos os custos de alienação e seu valor em uso. O valor recuperável é determinado para um ativo individual, a menos que o ativo não gere entradas de caixa que sejam amplamente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. Quando o valor contábil de um ativo ou UGC ultrapassar seu valor recuperável, o ativo é considerado deteriorado e é baixado para seu valor recuperável. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete o custo médio ponderado de capital da controlada na qual a UGC opera, que reflete os riscos específicos da UGC e é derivado de seus negócios existentes e respectivos riscos. A Companhia baseia seu cálculo de impairment nos orçamentos e cálculos de projeção mais recentes, que são preparados separadamente para cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia, que neste caso são os grupos empresariais adquiridas pela nstech, ou seja, as UGCs são as empresas às quais

os ativos individuais estão alocados. Esses orçamentos e cálculos de projeção geralmente cobrem um período de 10 anos. Uma taxa de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada para projetar fluxos de caixa futuros após o terceiro ano. As perdas por impairment são reconhecidas na demonstração do resultado em categorias de despesas consistentes com a função do ativo deteriorado. Para os ativos não financeiros, excluindo o agio, é efetuada uma avaliação em cada data e balanço para determinar se existe uma indicação de que as perdas por impairment anteriormente reconhecidas já não existem ou diminuiriam. Se houver tal indicação, a companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC. Uma perda por impairment anteriormente reconhecida é revertida apenas se houver uma mudança nas premissas usadas para determinar o valor recuperável do ativo desde que a última perda por impairment foi reconhecida. A reversão é limitada de forma que o valor contábil do ativo não exceda seu valor recuperável, nem exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso nenhuma perda por impairment tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração do resultado. O agio e demais ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados para impairment no mínimo anualmente em 31 de dezembro, e quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode estar apurado por valor superior ao valor recuperável. As perdas por impairment relativas ao agio não podem ser revertidas em períodos futuros. Em 31 de dezembro de 2024, foi provisionado um impairment, nas demonstrações financeiras consolidadas, devido ao valor recuperável menor que o valor contábil do agio registrado na aquisição da nstech IP, identificado através do teste de impairment anual. **i) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Instrumentos financeiros compostos, os quais incluem componentes de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido, emitidos pelo Grupo compreendem títulos que podem ser convertidos em capital social à opção do titular, e o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças em seu valor justo. O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível. O componente de patrimônio líquido é reconhecido, inicialmente, pela diferença entre o valor total recebido pelo Grupo com emissão do título, e o valor justo do componente de passivo financeiro reconhecido. Os custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos. Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é remensurado após o seu reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expirado. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **j) Provisões:** As provisões e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem muitas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidações é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **k) Combinação de negócios:** A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, o adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pelo adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48/IFRS 9 na demonstração do resultado. Inicialmente, o agio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado (compra vantajosa). Após o reconhecimento inicial, o agio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o agio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia e que se espera que seja beneficiada pela sinergia da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a estas unidades. Quando um agio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o agio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O agio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. **l) Receitas:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **(i) Receita de risk monitoring e background check:** As receitas de risk monitoring e background check compreendem: a) Monitoramento de cargas por meio de bases dedicadas ou rateadas; b) softwares de monitoramento logísticos; c) rastreadores de veículos e cargas; e d) serviços de cadastro e de consultas de motoristas. Todos os serviços são vendidos separadamente. **(ii) Receita recorrente de softwares:** As receitas recorrentes de softwares compreendem: a) mensalidade de software; e b) manutenção, suporte técnico e atendimento ao cliente. **(iii) Receita não recorrente de software:** As receitas não recorrentes de softwares compreendem: a) taxas de licenciamento; e b) transferência aos usuários o direito de utilização do software por tempo indeterminado; e b) serviço de implantação e customização de softwares, consultoria e treinamentos. **(iv) Receita de averbação:** As receitas de averbação de cargas referem-se ao ato de comunicar às seguradoras os dados referentes às notas fiscais e as características das mercadorias que foram embarcadas para transporte, para que tenham a devida cobertura em caso de sinistro. **(v) Receita fintech:** As receitas auferidas pela controlada IPC Administração SA: a) soluções como pagamento eletrônico de frete, e b) gestão e rastreamento de frete e controle de recursos de frota própria. **(vi) Receita de mídia:** As receitas de mídia compreendem em: • Mídia com revista e portal especializados em Logística e Supply Chain e • Plataforma online de formação logística. **m) Custos e despesas:** Os custos são compostos principalmente por gastos com pessoas, nuvem, softwares e profissionais terceiros contratados. As despesas com pesquisa e desenvolvimento incorridas pela área de desenvolvimento de software relacionadas aos novos produtos ou às inovações tecnológicas dos softwares existentes, que não atingirem os critérios de capitalização, são registradas como despesas do exercício em que incorrem e são demonstradas separadamente das despesas comerciais e de marketing, despesas administrativas e outras despesas dentro do grupo de despesas operacionais. **n) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. **Impostos corrente:** O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base na sistemática do lucro real. Quando da existência de base positiva, as provisões para o imposto de renda e contribuição social são constituídas com base no lucro ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário, quando aplicável, às alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável superior a R\$240, para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Quando aplicável, os adiantamentos de imposto de renda e contribuição social efetuados durante o exercício são registrados no ativo circulante e compensados com o imposto de renda e a contribuição social a pagar, registrados no passivo circulante. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas nos exercícios em que se espera realizar os ativos, sobre as diferenças temporárias (i.e., diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos e sua base fiscal), os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a entidade apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, enquanto os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias: • Sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou o prejuízo tributável nem o resultado contábil. • Relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento controlados em conjunto, na extensão que a entidade seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível. • Tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de agio. Os impostos diferidos são reconhecidos na medida que seja provável a existência de lucro tributável futuro contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada e os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social possam ser compensadas. O ativo fiscal diferido é inte-

continua ...

PUBLICIDADE LEGAL

... continuação

gralmente apresentado no ativo não circulante, independente da expectativa de realização dos valores que lhe dão origem. Nas situações em que for aplicável, os impostos diferidos ativos e passivos são registrados pelo valor líquido. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada ao final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributários futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou de parte dele, o saldo de créditos fiscais diferidos é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. **Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício:** O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. O imposto de renda e contribuição social de determinadas controladas, que afetam as demonstrações financeiras consolidadas, são apurados com base no regime tributário do Lucro Presumido. Neste regime as alíquotas de imposto de renda e contribuição social são aplicadas sobre uma base reduzida, com base no tipo de receita apurada, conforme demonstrado a seguir:

Tipo de receita	% presumido
Serviços	32%
Vendas	8%
Receitas financeiras	100%
Outras receitas	100%

A Log Risk, sediada no México, possui dois tipos de impostos: o imposto sobre o valor agregado (IVA) que corresponde a 16% da receita bruta e o imposto sobre a renda que possui uma alíquota de 30%. **2.6.1 Adoção de normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) novas e revisadas: 2.6.1.1 Normas e interpretações novas e revisadas de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2025:** No exercício de 2025, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade ("International Accounting Standards Board - IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 02 (R2)/IAS 21	Alterações no tratamento nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis.	01/01/2025
Alterações ao CPC 37 (R1)/IFRS 1	Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade.	01/01/2025
Alterações ao CPC 18 (R3)/IAS 28	Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto inicial das normas internacionais de contabilidade.	01/01/2025
Alterações ao ICPC 09 (R3)/IAS 27/28/IFRS 10/11	Demonstrações contábeis individuais, separadas, consolidadas e método de equivalência patrimonial.	01/01/2025
Alterações ao OCPC 10	OCPC 10 - Créditos de Carbono (CO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBI0)	01/01/2025

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações apresentadas nestas demonstrações financeiras. **2.6.1.2 Normas**

nstech S.A.

e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis: Na data de autorização da emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas que ainda não estão aplicáveis, como segue:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alteração aos CPC 48/IFRS 9 e CPC 40 (R1)/IFRS 7	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	01/01/2026
Alteração à IFRS 19	Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações	01/01/2027
Alteração ao CPC 26 (R1)/IFRS 18	Apresentação e divulgações nas demonstrações financeiras	01/01/2027

Atualmente, a Administração está efetuando uma avaliação dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas nas demonstrações financeiras da Companhia. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras, em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis. **3. Estimativas e premissas contábeis significativas** - A Companhia segue os preceitos estabelecidos no IAS 8 como base para a elaboração de suas políticas contábeis, assim como métricas de mercado, seja por meio de dados públicos, como índices divulgados por órgãos de relevância, incluindo o Banco Central (BACEN), B3, Receita Federal e demais institutos ou autarquias cuja relevância e credibilidade é amplamente reconhecida pelo mercado. Adicionalmente, para temas cujos modelos precisam ser elaborados, a nstech utiliza benchmarking de mercado, dentro da indústria na qual atua, ou ainda, através da literatura técnica disponível, o que se incluem artigos técnicos publicados sobre o crivo de Instituições reconhecidas. As estimativas e as premissas subjacentes são continuamente revisadas pela Administração. Os efeitos das revisões nas estimativas contábeis são reconhecidos prospectivamente. A Administração concluiu que os julgamentos e estimativas consideradas mais significativas na elaboração dessas demonstrações financeiras são os seguintes: **a) Mensuração dos instrumentos financeiros:** O Grupo mensura seus ativos financeiros ao custo amortizado, ao VJORA ou ao VJR. O Grupo utiliza técnicas de avaliação que incluem o uso de "inputs" que estão ou não baseados em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. Na Nota 4, são apresentados os detalhes dos principais pressupostos utilizados na mensuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros. Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido com base em dados observáveis em mercados ativos, ele é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. A Administração acredita que as técnicas de avaliação e os pressupostos utilizados são adequados para mensurar os valores de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia. Quando possível, os dados utilizados para esses métodos se baseiam em práticas praticadas no mercado. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para determinar o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. **b) Mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas em contas a receber de clientes:** O Grupo, para as contas a receber de clientes, reconhece o montante financeiro, inicialmente, pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos a perda estimada com crédito de liquidação duvidosa (PECLD). O valor da PECLD é a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. O valor contábil do ativo é reduzido pelo uso de uma perda estimada e essa perda estimada é reconhecida na demonstração do resultado (P&L) em "Despesa de PECLD". Quando uma conta a receber de clientes é incobrável, ela é baixada contra a conta de PECLD para contas a receber de clientes.

Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditados no P&L em "Despesa de PECLD". As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber estão divulgadas na Nota 7. **c) Determinação das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado:** Os valores contábeis do ativo imobilizado são baseados em estimativas, premissas e julgamentos relativos aos custos capitalizados e as vidas úteis dos ativos. As estimativas, premissas e julgamentos refletem a experiência histórica e as expectativas sobre o futuro das condições do setor de construção civil no Brasil e no exterior e das suas operações. O Grupo calcula a depreciação utilizando o método linear. Ao final do exercício, a Companhia revisou as vidas úteis estimadas (Nota 2.6e) dos itens significativos do ativo imobilizado, e não identificou mudanças significativas. **d) Determinação do valor recuperável de ativos não financeiros:** Perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou UGC excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O valor em uso é calculado com base no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam de um orçamento elaborado para os próximos 10 anos, suas projeções consideram as expectativas do mercado para as operações, estimativas de investimentos e capital de giro, além de outros fatores econômicos que são específicos para a Companhia e a natureza de seus riscos e operações. **e) Determinação da taxa de desconto incremental utilizada na mensuração das obrigações com arrendamentos:** As taxas de desconto aplicadas na mensuração dos passivos de arrendamento foram definidas pela Companhia considerando as taxas incrementais, uma vez que os contratos firmados não possuem uma informação da taxa de juros implícita no arrendamento. As taxas de desconto incrementais são estimadas a partir da taxa de juros nominal livre de risco, adicionada do prêmio de risco de crédito da Companhia, ajustadas para refletir ainda a estrutura de capital da Companhia e as condições e características específicas do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país, o impacto das garantias, a moeda, o prazo e a data de início de cada contrato. **f) Provisões para perdas em processos judiciais e outras obrigações:** Quando aplicável, as provisões para perdas em processos judiciais contra a Companhia são reconhecidas como passivo e/ou são divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, a menos que a probabilidade de perda seja considerada possível ou remota. Uma provisão para perda em processos judiciais é reconhecida quando a perda for considerada provável e o montante puder ser confiavelmente estimado. Processos judiciais e outras obrigações similares serão liquidados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem. Normalmente, a ocorrência desses eventos não é de controle da Companhia e, portanto, a avaliação desses passivos está sujeita a uma variedade de graus de incerteza legal e interpretativa, requerendo que a Administração faça estimativas significativas e exerça julgamentos. **g) Combinação de negócios:** As combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição, que envolve a avaliação dos ativos adquiridos e passivos assumidos pelos respectivos valores justos. Essa avaliação envolve a utilização de estimativas e premissas que incluem julgamentos significativos por parte da Companhia. As divulgações associadas a estes temas estão incluídas na Nota 15. **h) Imposto de renda e contribuição social diferidos e a recuperar:** O Grupo registra ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais, quando aplicáveis. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que a Administração espera gerar lucros tributáveis futuros suficientes com base em projeções e previsões orçamentárias elaboradas pela Administração. Estas projeções e previsões orçamentárias incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho operacional e financeiro da Companhia, ao volume de serviços, outras taxas e fatores que podem diferir das estimativas atuais. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado ao final de cada exercício e, se aplicável, reduzido na medida em que não seja provável lucros tributáveis suficientes para permitir a recuperação total ou parcial do ativo (Nota 20).

Diretoria

Vasco Carvalho Oliveira Neto - Diretor Presidente

Eduardo Romeu Ferraz - Diretor Financeiro

Contador

Rodrigo Moralez - CRC SP 244.417/0-1

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas

nstech S.A.

ria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante

resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 7 de abril de 2026.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 000.160/0-5

Sérgio Eduardo Zamora
Contador
CRC 1SP 168.728/0-4

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo

PUBLICIDADE LEGAL

Adonai Química S.A.

CNPJ nº 02.703.755/0001-88

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida. As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: datamercantil.com.br

Relatório Anual da Administração

Senhores Acionistas: A Administração da Adonai Química S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos acionistas o Relatório da Administração da Administração e as correspondentes Demonstrações financeiras, acompanhada do parecer dos Auditores Independentes, correspondentes aos exercícios findos em 31/12/2025 e de 2024, elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil. Nesta oportunidade a Presidência, a Diretoria e a Administração da Adonai Química S.A. expressam os agradecimentos a todos aqueles que de alguma forma contribuíram à Companhia, possibilitando assim o sucesso da Adonai no mercado nacional e em especial reconhecemos as contribuições e confiança de nossos participantes, nossos acionistas, nossos clientes, nossos fornecedores, nossos parceiros, nossos funcionários e nossos colaboradores pelo empenho e em especial a Autoridade Portuária de Santos (APS).

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
	2025	2024	2025	2024	Capital social integralizar	Capital a AFAC – Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva Especial	Reserva de Lucros	Lucros e prejuízos acumulados	Total
Ativo											
Circulante	8.667	19.143	112.994	150.714	150.000						
Caixa e equivalentes de caixa	1.858	14.145	(60.315)	(63.555)			3.434	4.397	26.605		184.436
Clientes	4.707	4.303	52.679	87.159							
Estoques	366	244									
Tributos a recuperar	462	–	(30.960)	(26.465)							
Outros créditos	519	443	1.904	(1.529)			1.744	2.486		34.886	34.886
Despesas antecipadas	755	8	(29.056)	(27.995)						(8.286)	(8.286)
Não circulante	323.755	341.207	23.623	59.164							
Partes relacionadas	4.757	4.757									
Depósitos judiciais	3.491	3.036	(5.618)	(8.224)							
Imobilizado	3.142	3.193	1.233	2.020							
Intangível	312.365	330.221	497	303							
Total do ativo	332.422	360.350	(3.888)	(5.901)							
Passivo e patrimônio líquido	2025	2024	2025	2024							
Circulante	63.875	56.062	19.735	53.264							
Emprestimos e financiamentos	9.665	18.643									
Fornecedores	2.524	7.952	(6.865)	(18.377)							
Obrigações trabalhistas	2.593	2.422	(6.865)	(18.377)							
Obrigações tributárias	1.132	5.258									
Contas a pagar	968	11.514									
Dividendos a pagar	45.095	8.286									
Compromisso com poder concedente	1.898	1.988									
Não circulante	58.035	61.552	12.870	34.886							
Emprestimos e financiamentos	4.444	13.461									
Partes relacionadas	33.300	28.700									
Provisão para contingências	6.913	6.187									
Contas a pagar	250	418									
Compromisso com poder concedente	13.128	12.786									
Patrimônio líquido	210.512	242.737	12.870	34.886							
Capital social	165.191	150.000									
Reservas de lucros	13.621	61.037									
Adiantamento para futuro aumento de capital	31.700	31.700									
Total do passivo e patrimônio líquido	332.422	360.350	12.870	34.886							

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	12.870	34.886	19.735	53.264
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Total de resultados abrangentes do exercício	12.870	34.886	19.735	53.264

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	12.870	34.886	19.735	53.264
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Total de resultados abrangentes do exercício	12.870	34.886	19.735	53.264

2007, a Companhia assinou o quinto instrumento de retificação, ratificação e aditamento do Contrato de Arrendamento PRES/003.98, celebrado em 05 de fevereiro de 1998, nos termos do deliberado em reunião ordinária do APS nº 1272 realizada em 19 de abril de 2007. Em julho de 2018, foi iniciada a construção da Bacia VII para ampliação do Terminal da Adonai em 16.900,00 m³ – distribuídos em 08 tanques. A atual ampliação contempla, também, a construção de 2 dutos portuários, em Aço Inoxidável AISI-316L, com diâmetro de 8" (oito polegadas), ligando a Casa de Bombas da Bacia VII do Terminal ao Cais de Graneis Líquidos da Ilha Barnabé – Cais Bocaina e Cais São Paulo. Em 07 de dezembro de 2018, a Companhia assinou o sexto termo aditivo ao Contrato de Arrendamento nº PRES/003.98, celebrado em 05 de fevereiro de 1998, passando a nova vigência do contrato de arrendamento até 10 de junho de 2043. Em 08 de novembro de 2019, foi obtido o alfandegamento da Bacia VII, conforme Ato Declaratório Executivo nº 59, expedido pelo superintendente regional da Receita Federal do Brasil na 8ª região fiscal, publicado no DOU em 22 de novembro de 2019. A Companhia considerando ainda o seu plano de investimentos aprovados, e necessários à ampliação da capacidade estática de armazenagem e modernização das estruturas físicas do Terminal iniciou em fevereiro de 2021 a construção da Bacia VIII considerando a instalação de 5 novos tanques. A atual ampliação prevê, também, a construção de 2 Dutos Portuários, em Aço Inoxidável AISI-316L, com diâmetro de 8" (oito polegadas), ligando a Casa de Bombas da Bacia VIII do Terminal ao Cais de Graneis Líquidos da Ilha Barnabé – Cais Bocaina e Cais São Paulo. Em 13 de agosto de 2021, a companhia assinou o sétimo termo aditivo ao Contrato de Arrendamento nº PRES/003.98, celebrado em 05 de fevereiro de 1998, alterando o índice de correção contratual de IGPM para IPCA. Em novembro de 2022 foi concluída a construção da Bacia VIII a qual amplia a capacidade estática de armazenagem do terminal em mais 16.500,00 m³, distribuídos nos 5 novos tanques, incluindo também nesta data a conclusão das demais instalações de infraestrutura previstas para o funcionamento desta nova instalação. Em 14 de dezembro 2022, foi obtido o alfandegamento da Bacia VIII, conforme Ato Declaratório Executivo nº SRRF08 nº 60, expedido pelo superintendente regional da Receita Federal do Brasil na 8ª região fiscal, publicado no DOU em 14 de dezembro de 2022. Atualmente a Companhia conta com uma capacidade estática instalada de 106.900m³, distribuídos em 77 (setenta e sete) tanques para armazenagem, estocagem e movimentação de uma variedade de produtos líquidos inflamáveis, derivados de petróleo de classes I a III, e químicos classificados como A-1, incluindo derivados de petróleo, combustíveis, mistura óleo diesel, biodiesel, álcool, produtos químicos e semelhantes como etanol, soda cáustica, óleos vegetais e minerais, entre outros.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. **Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Sociedade em 16 de abril de 2026, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações.

Américo Relvas da Rocha - Diretor Presidente
Luís Gustavo Batista - Diretor Administrativo e Financeiro
Leandro Lutz Chiacchio - Diretor Técnico de Engenharia

Contador - Jose Manuel dos Santos de Freitas - CRC 1SP 220.700/0-5

USS Soluções Gerenciadas S.A.

CNPJ nº 01.979.936/0001-79 - NIRE 35300337689

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de março de 2026

Data, Hora e Local: Em 30/03/2026, às 10hs, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, por estar presente à Assembleia a totalidade dos acionistas da Companhia. **Mesa:** Presidente, Sr. Fernando Cezar Dantas Porfírio Borges; Secretária, Sra. Camilla Schön; **Deliberações aprovadas:** 5.1. **Autorizada** a lavratura da presente ata na forma de sumário. 5.2. **Aprovado** o relatório anual e as contas da Administração, bem como as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do parecer emitido pelos auditores independentes, os quais foram publicados no Jornal "O Dia SP", de formato físico e digital em 13 de março de 2026. 5.3. **Fixar** a remuneração global anual da administração da Companhia, para o exercício de 2026, em até R\$ 12.000.000,00, bem como ratificar e aprovar que a remuneração global anual da administração da Companhia efetivamente paga, referente ao exercício social de 2025 foi de R\$ 3.138.242,26. Nada mais. Barueri-SP, 30/03/2026. JUCESP nº 166.868/26-7 em 17/04/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Foraor Locação e Serviços Ltda.

CNPJ nº 06.244.019/0001-60 - NIRE 35.218.965.612

Extrato Ata de Reunião de Sócios para Transformação de Sociedade Empresária Limitada para Sociedade
Data/Hora/Local: Em 20/12/2025, 10hs, em Santo André/SP, reuniram-se os sócios. **Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Presidente, Sr. Fabricio de Oliveira Ramos; Secretário, Sr. André de Oliveira Ramos. **Deliberações aprovadas:** 1. **Aprovada** a transformação do tipo societário para sociedade anônima fechada, cuja denominação da sociedade será **Foraor Locação e Serviços S.A.** 2. **Aprovada** a nova redação do Estatuto Social. 3. **Aprovado** o Boletim de Subscrição, discriminando o valor do capital social de R\$ 802.900,00, dividido em 802.900, ações ordinárias nominativas, totalmente subscritas, da mesma classe e sem valor nominal. 4. **Eleitos:** Sr. **Fabricio de Oliveira Ramos**, brasileiro, empresário, na condição de Diretor em designação específica; Sr. **André de Oliveira Ramos**, maior, solteiro, na condição de Diretor em designação específica; ambos com mandato de 3 anos, iniciando-se na presente data a posse. Os Diretores ora eleitos declaram sob as penas da Lei, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. Santo André, 20/12/2025. JUCESP/NIRE nº 3530069100-8. JUCESP nº 169.777/26-1 em 10/04/26. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Zoop Tecnologia & Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 19.468.242/0001-32 - NIRE 35.300.656.067

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de outubro de 2025

1. **Data, Hora e Local:** 10/10/2025, às 09h30, de forma exclusivamente digital, considerada realizada na sede social da Companhia. 2. **Convocação e Presença:** A convocação foi dispensada, devido a presença da detentora da totalidade do capital social. 3. **Mesa:** Presidente: Pedro Victor dos Santos Macedo, Secretário: Thomas Gandolfo Barth. 4. **Ordem do Dia:** (a) a alteração da denominação social da Companhia e a alteração do artigo 1º do Estatuto Social e (b) a exclusão do nome fantasia da Companhia. 5. **Deliberações:** A Acionista, sem quaisquer restrições, decidiu: 5.1. **Autorizar** a lavratura desta ata na forma de sumário. 5.2. **Aprovar** a alteração da denominação social, que passará de "Zoop Tecnologia & Instituição de Pagamento S.A." para "iFood Pago Instituição de Pagamento S.A.". 5.3. **Aprovar** a nova redação do artigo 1º do Estatuto Social, que passa a vigorar da seguinte forma: "Artigo 1º. A iFood Pago Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15/12/1976 (conforme alterada, a "Lei das S.A.s")." 5.4. **Aprovar** a consolidação do Estatuto Social. 5.5. **Aprovar** a exclusão do nome fantasia "Zoop Brasil". 6. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado. Osasco, 10/10/2025. **Mesa:** Pedro Victor dos Santos Macedo - Presidente; Thomas Gandolfo Barth - Secretário. **Acionista: Movilepay Holding Financeira Ltda.**, Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 7.788/26-5 em 20/01/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Hidroviás do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 12.648.327/0001-53 - NIRE 35.300.383.982 - Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de março de 2026

1. **Data, Hora e Local:** 13/03/2026, às 9h30, na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, nº 1.343, 7º andar, Bela Vista, São Paulo-SP, permitida também a participação via Microsoft Teams ("Reunião"). 2. **Convocação e Presença:** Reunião instalada nos termos do artigo 20, parágrafo 3º, do Estatuto Social, com a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. 3. **Mesa:** Presidente: Marcos Marinho Lutz; e Secretária: Denize Sampaio Bicudo. 4. **Ordem do Dia e Deliberações:** 4.1. Os Conselheiros definiram a composição da chapa, a ser indicada pela administração, que concorrerá na eleição dos membros do Conselho de Administração a realizar-se na próxima Assembleia Geral Ordinária. 4.2. O Conselho de Administração indica a seguinte chapa: **Candidatos independentes:** Eduardo de Toledo, Jorge Marques de Toledo Camargo, José Mauricio Pereira Coelho, Julio de Toledo Piza Neto, Roberto Licio Cerdeira Filho. **Candidatos não independentes:** Marina Guimarães Moreira Mascarenhas, Rodrigo de Almeida Pizinatto. 4.3. O Conselho de Administração autoriza a divulgação da chapa ora indicada e disponibilização da qualificação e experiência dos candidatos. 5. **Observações e Encerramento:** Todas as deliberações foram aprovadas, sem emendas ou ressalvas, pela totalidade dos membros do Conselho de Administração. Nada mais a ser tratado, foi suspensa a presente reunião pelo tempo necessário à lavratura da presente ata. 6. **Assinaturas:** Mesa: Presidente - Sr. Marcos Marinho Lutz; Secretária - Denize Sampaio Bicudo. São Paulo, 13/03/2026. **Denize Sampaio Bicudo** - Secretária da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 101.625/26-1 em 30/03/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Movecta S.A.

CNPJ/MF nº 58.317.751/0001-16 - NIRE 35.300.117.441

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas desta Companhia, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada em 30 de abril de 2026, às 10:00 horas em primeira convocação, na sede social da Companhia, na Rua Guararapes, nº 1909, 9º andar, Cidade Monções, São Paulo-SP, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. deliberar sobre o Relatório da Administração, bem como as Demonstrações Financeiras da Companhia acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; 2. deliberar sobre a proposta dos administradores para a destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, compreendendo a constituição da reserva legal e demais destinações cabíveis; 3. deliberar sobre a distribuição de dividendos, conforme previsto no artigo 31 do Estatuto Social; 4. eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; 5. eleição dos membros da Diretoria da Companhia, bem como a fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1. deliberar sobre a alteração do endereço da matriz inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.317.751/0001-16, para Rua Surubim, 550, conjuntos 71 e 72, Vista Nações Unidas, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04571-050, bem como, da filial inscrita no CNPJ / MF sob o nº 58.317.751/0004-69, para o mesmo endereço; 2. aprovar a atualização do endereço da filial inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.317.751/0010-07, para Rodovia PE-60, KM 10, s/n, Zona Industrial 3 (Zi-3), Suape, Distrito Industrial de Ipojuca, Ipojuca/PE, CEP 55598-078, em razão de atualização cadastral promovida pela municipalidade, sem qualquer alteração de sua localização física; 3. deliberar sobre a proposta de alteração dos artigos 2º e 3º do Estatuto Social da Companhia, para refletir a inclusão de novas atividades econômicas e atualização de informações cadastrais Companhia e de suas filiais; 4. dar ciência, deliberar e ratificar ou não, os atos praticados por Diretores e procuradores da Companhia; 5. a consolidação do Estatuto Social da Companhia, a fim de refletir as alterações ora deliberadas; e 6. outros assuntos de interesse social. São Paulo, 23 de abril de 2026. **Mariela Rodrigues Vasone** - Presidente. (23, 24 e 25/04/2026)

Cotação das Moedas

Coroa (Suécia) -
0,5431

Dólar (EUA) - 5,0083

Franco (Suíça) -
6,3833

Iene (Japão) - 0,03143

Libra (Inglaterra) -
6,7692

Peso (Argentina) -
0,003592

Peso (Chile) - 0,0056
Peso (México) -

0,2881

Peso (Uruguai) - 0,126

Yuan (China) - 0,7326
Rublo (Rússia) -

0,06656

Euro (Unidade Monetária Europeia)

- 5,8692



PUBLICIDADE LEGAL

Sunshine City Ltda.

CNPJ/MF nº 34.706.031/0001-84 - NIRE 35.235.622.698

20ª Alteração e Consolidação do Contrato Social

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, **WE 1 Holding e Participações Ltda.**, CNPJ/MF nº 46.310.625/0001-50, neste ato representada por sua sócia e diretoria **Ana Georgina Liu Ge**, brasileira, empresária, única sócia da **Sunshine City Ltda.** ("Sunshine") CNPJ/MF nº 34.706.031/0001-84, doravante designada "Sociedade", resolve alterar e consolidar o Contrato Social da Sociedade, o que faz nos seguintes termos: **1. Da Cessão e Transferência de Quotas.** 1.1. A sócia **WE 1 Holding e Participações Ltda.**, já qualificada, possuidora de 1.326.460 quotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalizando a importância de R\$ 1.326.460,00, neste ato CEDE e TRANSFERE, como cedido e transferido tem, a quantia de 1 quota, no valor de R\$ 1,00 a Sócia Ingressante **Ana Georgina Liu Ge**, acima qualificada. **2. Transformação da Sunshine em Sociedade Anônima.** 2.1. Os sócios representando a totalidade do capital social da Sociedade decidem, sem quaisquer reservas, aprovar a transformação do tipo societário da Sociedade de sociedade limitada para sociedade anônima unipessoal, sob denominação de **Sunshine City S.A.** A transformação ora aprovada não importará qualquer solução de continuidade, permanecendo em vigor os direitos e as obrigações comerciais e fiscais. Cada quota representativa do capital social da Sociedade é, neste ato, convertida em uma ação ordinária, nominativa, sem valor nominal, as quais serão atribuídas ao acionista da forma estipulada abaixo, mantidas as mesmas participações no capital social da Sociedade. (a) As 1.326.459 quotas detidas pela sócia **WE 1 Holding e Participações Ltda.**, acima qualificada, ficam convertidas em 1.326.459 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A 1 quota detida pela sócia ingressante **Ana Georgina Liu Ge**, acima qualificada, fica convertida em 01 ação ordinária, nominativa e sem valor nominal. Desta forma, o capital social da Sociedade passa a ser distribuído entre o acionista da seguinte forma: **Acionista: WE 1 Holding e Participações Ltda.; Ações ordinárias: 1.326.459; Valor (R\$): 1.326.459,00. Ana Georgina Liu Ge; Ações ordinárias: 1; Valor (R\$): 1,00. Total das Ações ordinárias: 1.326.460. Total do Valor (R\$): 1.326.460,00.** 2.2. Os sócios declaram, assim, transformada a Sociedade, autorizando sua administradora a prática de todos os atos que se fizerem necessários para a implementação da transformação ora aprovada. **3. Eleição da Diretoria:** 1.2. A administração da Companhia permanecerá sob os cuidados da agora **Diretora Ana Georgina Liu Ge**, acima qualificada. A integrante da Diretoria foi imediatamente empossada em seu respectivo cargo, mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas de Reuniões de Diretoria, o qual declara ter conhecimento das disposições do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações e, conseqüentemente, não estará incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer atividades mercantis. O termo de posse devidamente assinados encontram-se anexo à presente Ata. A Diretoria ora eleita terá um mandato de 3 anos, permanecendo no cargo até a AGO de 2028, caso não renuncie ou seja destituída. 3.1. Os acionistas deixam de fixar, por ora, a remuneração global anual da administração da Companhia, o que será feito oportunamente. **4. Consolidação do Estatuto Social:** 4.1. Os acionistas aprovam o projeto de Estatuto Social. 4.2. Por fim, fica o diretor da Companhia autorizado a proceder às alterações e atualizações aplicáveis, tomando todas as medidas necessárias para efetivar as resoluções ora aprovadas. São Paulo/SP, 09/10/2025. JUCESP/NIRE nº 3530068496-6. JUCESP nº 5.017/26-9 em 14/01/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

ESTATUTO SOCIAL. Da Denominação, Sede, Foro, Filiais, Objeto e Duração. Artigo 1º - Sob a denominação social de **Sunshine City S.A.**, adotando como nome fantasia a expressão "**We Coffee**", fica constituída uma sociedade anônima que se regerá por este estatuto e pela legislação vigente que lhe for aplicável. Artigo 2º - A sociedade terá por sede administrativa e foro jurídico no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua dos Estudantes, 24, Liberdade, CEP 01505-000, podendo abrir filiais, ou escritórios em qualquer ponto do território nacional, a critério da diretoria. § único: A sociedade possui as seguintes filiais: **Filial 1** - Localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Alameda Lorena, 1682, térreo, loja 05, Jardim Paulista, CEP 01424-006, registrada na JUCESP sob NIRE 35.906.216.981 e CNPJ/MF 34.706.031/0002-65; **Filial 2** - Localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Mesquita, nº 248, anexo 258, Acimação, CEP 01544-010, registrada na JUCESP sob NIRE 35.906.297.752 e CNPJ/MF 34.706.031/0003-46; **Filial 3** - Localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Diogo Jácome, nº 598, Vila Nova Conceição, CEP 04512-001, registrada na JUCESP sob NIRE 35.906.382.237 e CNPJ/MF 34.706.031/0004-27; **Filial 4** - Localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1111, Pavimento térreo e lobby, Bela Vista, CEP 01311-920, registrada na JUCESP sob NIRE 35.906.440.253 e CNPJ/MF 34.706.031/0005-08; **Filial 5** - Localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 1089, loja 15-P/O/S/L, Jardim das Acácias, CEP 04707-900, registrada na JUCESP sob NIRE 35.906.675.094 e CNPJ/MF 34.706.031/0006-99; **Filial 6** - Localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1111, Pavimento térreo e lobby, Bela Vista, CEP 01311-920, registrada na JUCESP sob NIRE 35.906.440.253 e CNPJ/MF 34.706.031/0005-08; **Filial 7** - Localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Regente Feijó, nº 1739, loja TLL-B2/83/84-A, Vila Regente Feijó, CEP 03342-000, registrada na JUCESP sob NIRE 35.906.581.451 e CNPJ/MF 34.706.031/0008-50; **Filial 8** - Localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Rebouças, nº 3970, loja 102, Pinheiros, CEP 05402-918, registrada na JUCESP sob NIRE 35.906.672.863 e CNPJ/MF 34.708.031/0009-31; **Filial 9** - Localizada na Cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Avenida Pereira Barreto, nº 42, loja 0132A3, piso P1, Shopping ABC - CEP 09190-210, registrada na JUCESP sob NIRE 35.906.613.999 e CNPJ/MF 34.706.031/0010-75; **Filial 10** - Localizada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Piracema, nº 6690, loja 2082, Shopping Iguatemi Alphaville, Condomínio Shopping Center, Tamboré - CEP 06460-030, registrada na JUCESP sob NIRE 35.906.614.006 e CNPJ/MF 34.706.031/0011-56; **Filial 11** - Localizada na Cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, na Rodovia Hélio Smidt, s/n, Terminal 2, Asa C, loja 2523, Aeroporto - CEP 07190-100, registrada na JUCESP sob NIRE 35.906.629.216 e CNPJ/MF 34.706.031/0012-37; **Filial 12** - Filial Situada na Cidade e Estado de São Paulo na Rua Mesquita, nº 248, Vila Deodoro - CEP 01544-010, registrada na JUCESP sob NIRE 35.906.858.240 e CNPJ/MF 34.706.031/0013-18; **Filial 13** - Localizada na Cidade e Estado de São Paulo na Rua Domingos Agostini, nº 61 - Água Rasa - CEP 03345-030, registrada na JUCESP sob NIRE 35.906.891.883 e CNPJ/MF 34.706.031/0014-07; **Filial 14** - Filial Situada em na Cidade e Estado de São Paulo na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1669, loja 2, Jardim Paulistano - CEP 01451-911, registrada na JUCESP sob NIRE 35906891891 e CNPJ/MF 34.706.031/0015-80; **Filial 15** - Filial situada na Cidade e Estado de São Paulo, na Av. Paulista, nº 2073, Bela Vista, CEP 01311-940 registrada na JUCESP sob NIRE 35907307409 e CNPJ 34.706.031/0016-60; **Filial 16** - Filial situada na Cidade e Estado de São Paulo, na Av. Otto Baumgart, nº 500, quiosque 45, Shopping Center - Norte, Vila Guilherme, CEP 02049-900 registrada na JUCESP sob NIRE 35907307417 e CNPJ/MF 34.706.031/0017-41. Artigo 3º - A sociedade terá como objeto social atividade de lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares. Filiais 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 exercer a mesma atividade da matriz. Filial 2: Fabricação de produtos de padaria e confeitaria, com predominância de produção própria; Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral; Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis; Fornecimento de alimentos preparados preponderando em parte para empresas; Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas; Atividades de lanchonetes, casas de chá e sucos e similares. § único: A sociedade, para desenvolver as suas atividades, poderá fazer uso de armazém próprio e/ou terceirizado, adoção de cozinha central (produção), cozinhas satélites (acabamento), e refeitórios satélites (consumo), em estabelecimentos próprios e local fixo fora de loja. Artigo 4º - O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado. **Do Capital Social e Ações:** Artigo 5º - O capital social é de R\$ 1.326.460,00, dividido em 1.326.460 ações ordinárias, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais. Artigo 6º - Mediante a aprovação de acionistas representando a maioria simples do capital social, a companhia poderá adquirir as próprias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social, para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor. Artigo 7º - Cada ação ordinária terá o direito de preferência na subscrição das novas ações, qualquer que seja o motivo do aumento do capital, na proporção da participação de cada uma no capital social. **Assembleia Geral:** Artigo 8º - A Assembleia Geral será ordinária ou extraordinária. A Assembleia Geral Ordinária será realizada dentro dos 4 primeiros meses subsequentes ao encerramento do exercício social da Sociedade e a Assembleia Geral Extraordinária será realizada sempre que os interesses da Sociedade assim o exigirem. Artigo 9º - Cada Assembleia Geral terá um Presidente e um Secretário. §1º - Observadas as disposições legais aplicáveis, a Assembleia Geral será convocada pelo Diretor Presidente. §2º - Os procedimentos de convocação, instalação e deliberação da Assembleia Geral deverão seguir aqueles estabelecidos pela legislação aplicável, ressalvado o disposto no Artigo 10 deste Estatuto, ficando desde já estabelecido que os acionistas poderão ser convocados através de carta registrada, e-mail, telegrama, com aviso de recebimento, a ser recebido pelo menos 21 dias de antecedência da data de realização de cada Assembleia Geral. Artigo 10 - As decisões da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, ressalvado o disposto no Artigo 11 deste Estatuto. Artigo 11 - Sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, a prática dos seguintes atos dependerá de decisão de acionistas representando a maioria simples do capital votante da Sociedade: (a) alteração do Estatuto Social, que venha a afetar os direitos dos acionistas, inclusive, sem limitação, qualquer alteração do capital social da Sociedade e dos valores mobiliários por ela emitidos; (b) autorização para os administradores confessarem falência e pedirem recuperação judicial ou extrajudicial da Sociedade; (c) aprovação da transformação, incorporação, fusão ou cisão da Sociedade, sua dissolução ou liquidação, bem como a nomeação e destituição dos liquidantes e aprovação das contas por eles prestadas; (d) aprovação de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência; (f) cessão, transferência, alienação, doação, ou qualquer mudança de titularidade, ônus, garantias, penhoras sobre ações da Sociedade por qualquer dos Acionistas, em razão da característica personalíssima do relacionamento entre os Acionistas e finalidade da Sociedade; (g) contratação de empréstimos ou tomada de crédito pela Sociedade; (h) alienação de bens imóveis; (i) qualquer aquisição de bens dos ativos permanente e/ou circulante; (j) transacionar, fazer acordos, judicial ou extrajudicialmente, ou perante tribunais arbitrais, com credores, devedores, empregados e quaisquer outros terceiros, especialmente acordos que impliquem em renúncia de direitos pela Sociedade ou na assunção de obrigações, ou ser parte de ações judiciais, inclusive arbitrais, exceto no caso da adoção de medidas judiciais/arbitrais que não possam ser retardadas; (k) atos que envolvam a alienação, compra, venda, locação, arrendamento, permissão, cessão da propriedade, do uso de ou de qualquer outro benefício, e criação de quaisquer ônus ou gravames, sobre os bens imóveis, móveis, direitos e instalações da Sociedade; ou, (l) tomar participação direta ou indireta no capital de outra companhia e/ou mudar o percentual de tal participação. **Administração:** Artigo 12 - A Sociedade será administrada por uma Diretoria. §1º - A Diretores assumirão seus respectivos cargos dentro de no máximo 30 dias a contar de sua nomeação, mediante assinatura dos termos de posse no Livro de Atas das Reuniões de Diretoria. §2º - A Assembleia Geral, sujeito às disposições do Artigo 10 deste Estatuto, estabelecerá a remuneração anual integral dos Diretores, que será levada à conta de despesas gerais da Sociedade. §3º - Os Diretores ficam dispensados de prestar caução em garantia de seus mandatos. **Diretoria:** Artigo 13 - A Diretoria da Sociedade será composta por 01 membro, acionistas ou não, residentes e domiciliados no País, com mandato de 3 anos, sem designação específica. Os Diretores permanecerão em seus cargos até que seus substitutos tomem posse, sendo permitida a reeleição. Artigo 14 - Caberá à Assembleia Geral, por maioria de votos, eleger, reeleger ou destituir os Diretores da Sociedade, fixando-lhes a remuneração individual. § único - Em caso de vacância no cargo de qualquer Diretor, um substituto será indicado pelo período restante para o fim do mandato do Diretor então substituído. Artigo 15 - Os Diretores, sempre em conjunto, representarão a Sociedade em quaisquer operações dentro do curso normal dos negócios, desde que respeitadas os limites previstos neste Estatuto Social e nas da Assembleia Geral. Artigo 16 - São algumas das responsabilidades dos Diretores: (a) abrir, manter e encerrar contas bancárias; (b) efetuar investimentos em certificados de depósitos bancários, fundos monetários e outros investimentos a curto prazo prudentes; (c) manter registros e contas adequados e completos de todas as operações e despesas da Sociedade, e (d) preparar todos os relatórios a serem entregues aos acionistas ou a outros órgãos sociais ou que sejam exigidos por órgãos fiscais ou outras autoridades e órgãos governamentais. Artigo 17 - Os Diretores serão investidos de todos os poderes de gerência da Sociedade, a fim de assegurar o pleno desempenho de suas funções, inclusive, sem limitação: (a) a representação da Sociedade como autora ou ré em qualquer ação, judicial ou não, inclusive perante quaisquer autoridades e órgãos federais, estaduais ou municipais, inclusive, sem limitação, a Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda (SRF), e (b) a administração e direção dos negócios sociais. Artigo 18 - As procurações a serem emitidas pela Sociedade serão sempre outorgadas por 2 Diretores, agindo em conjunto e estabelecerão os poderes do procurador e, executando-se as procurações outorgadas a advogados para administrar processos judiciais ou administrativos, terão prazo máximo de 1 ano. Artigo 19 - Os Diretores não poderão conceder avais, fianças ou quaisquer outras garantias em nome da Sociedade ou, em seu próprio nome por obrigações contraídas pela Sociedade, a menos que sob a expressa autorização da Assembleia Geral. § único - A concessão de garantias, avais e/ou fianças pela Sociedade em transações estranhas ao objeto social ou para garantir obrigações de terceiros ou de seus acionistas é expressamente proibida e será nula de pleno direito. **Do Conselho Fiscal:** Artigo 20 - O Conselho Fiscal será composto de três membros efetivos e outros tantos suplentes, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pela Assembleia geral, com mandato até a primeira Assembleia geral ordinária que se realizar após sua eleição, podendo ser reeleitos. § único: O Conselho Fiscal não funcionará de modo permanente, funcionando somente nos exercícios em que for solicitado pelos acionistas detentores de ações ordinárias. Artigo 21 - Os membros do Conselho Fiscal, no exercício das atribuições que lhes são atribuídas em lei, perceberão os honorários fixados pela Assembleia geral que os eleger. **Do Exercício Social, Lucros e sua Distribuição:** Artigo 22 - Observadas as disposições deste Artigo, ao final de cada exercício social serão levantados um balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras exigidas de acordo com as disposições legais pertinentes. Artigo 23 - Após as deduções previstas em lei, incluindo reserva obrigatória para fazer frente às despesas de manutenção dos bens que compõem o patrimônio da Sociedade no exercício seguinte, a Assembleia Geral deliberará sobre a distribuição dos lucros, mediante proposta da Diretoria. Artigo 24 - Os lucros líquidos regularmente apurados no balanço geral, levantado ao término do exercício, feitas as necessárias deduções das provisões e das participações, serão distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral. § único: A sociedade poderá levantar balanço intermediário semestral e de períodos menores e distribuir os eventuais lucros nefles verificados. Artigo 25 - Em caso de sucessão de um dos acionistas, a distribuição dos lucros será determinada exclusivamente pelo acionista remanescente. Artigo 26 - Os dividendos não reclamados no prazo de 5 anos, a contar da data de sua distribuição, prescreverão a favor da sociedade. **Da Liquidação da Sociedade:** Artigo 27 - A sociedade entrará em liquidação nos casos legais e por determinação da Assembleia geral. Artigo 28 - A Assembleia geral que decidir a liquidação determinará a sua forma, elegendo os liquidantes e o Conselho Fiscal que funcionará nesta fase, fixando os respectivos honorários. **Disposições Gerais e Transitórias:** Artigo 29 - As questões omissas no estatuto serão resolvidas de acordo com o disposto na Lei 6.404/76 e demais leis em vigor. São Paulo/SP, 09/10/2025.

Desenv Residencial SP1 Participações S.A.

CNPJ em constituição

Ata de Assembleia Geral de Constituição realizada em 21 de agosto de 2024

Em 21/08/2024, às 9h00, na sede social Desenv Residencial SP1 Participações S.A. ("Companhia"). **Presenças:** Subscritores da totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Presidente, Sr. Angelo Ferraretto, Secretária, Sr. Rosane Favero da Silva. **Deliberações:** Resolve o subscritor da totalidade do capital social constituir a Desenv Residencial SP1 Participações S.A. Declarou, ainda, o Sr. Presidente que o capital social subscrito é de R\$ 1.000,00, sendo que as 1.000 ações de emissão da Companhia nominativas e sem valor nominal serão integralizadas, no valor de R\$ 1,00 por ação, proporcionalmente à participação de cada acionista no capital social da Companhia. Foi aprovado, por unanimidade, o Projeto do Estatuto Social, declarando o Sr. Presidente constituída a Companhia. Foi eleito para integrar a Diretoria o Sr. Angelo Ferraretto, RG 32650959 SSP/SP, CPF nº 418.087.228-50, como Diretor Presidente até a Assembleia Geral Extraordinária que aprovar as contas do exercício encerrado em 31/12/2024 que ocorrerá em 2025 e que neste ato toma posse no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do termo de posse lavrado em livro próprio, e declara, expressamente, que não possui qualquer impedimento por lei especial, nem está incurso em nenhum crime que o impeça de exercer atividades mercantis ou administrar a Companhia, bem como que não está condenado ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, acesso a cargos públicos. **Encerramento:** Nada mais a tratar, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Mesa: Angelo Ferraretto - Presidente; Rosane Favero da Silva - Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 35.300.649.681 em 24/10/2024. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral em Exercício.

Tempo Geração e Participação S.A.

CNPJ nº 50.195.812/0001-08 - NIRE 35300686187

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de Abril de 2026

Data, Hora e Local: Realizada em 02/04/2026, às 11 hs, na sede social. **Convocação, Presença e Instalação:** Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença de acionistas titulares da totalidade do capital social. **Composição da Mesa:** Presidente: Sr. David Barkam; e Secretário: Sr. Luiz Guilherme Guadagnini Baldner. **Ordem do Dia:** (i) a aprovação, pela Companhia, da realização da 1ª emissão de debêntures simples, conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em 2 séries, para colocação privada, no montante total de R\$20.000.000,00 ("Debêntures" e "Emissão"), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Emissão"), nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, Em Duas Séries, para Colocação Privada, da Tempo Geração e Participação S.A." ("Escritura de Emissão") a ser celebrado entre: (a) Companhia; (b) Blueoak Special Situations I Fundo de Investimento Em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada, fundo de investimento em participações constituído na forma de condomínio fechado, com sede na Cidade de São Paulo/SP, na Avenida Paulista, nº 1.793, Bela Vista, CNPJ/MF nº 49.744.106/0001-99, representado na forma do seu regulamento pela Blueoak Investments Asset Ltda., gestora de fundos de investimento, com sede na Cidade de São Paulo/SP, na Avenida Cidade Jardim, nº 400, Edifício Dacon, 12º andar, conjunto 121, Jardim Paulistano, CNPJ/MF nº 48.392.830/0001-38 (na qualidade de "Debenturista") e (c) Feira de Santana SPE I Ltda. ("Feira de Santana"); (d) Morro do Chapéu SPE I Ltda. ("Morro do Chapéu"); (e) Santa Bárbara SPE I Ltda. ("Santa Bárbara SPE I"); (f) Santa Bárbara SPE II Ltda. ("Santa Bárbara SPE II"); (g) SPE Ravi Granja VIZ - Locação de Geradores Ltda. ("Tramaia"); (h) VIP BA VX Locação de Gerador SPE Ltda. ("VIP BA VX"); (i) VIP BA XXVI Locação de Gerador SPE Ltda. ("VIP BA XXVI"); (j) VIP Boninal II - Locação de Geradores SPE Ltda. ("Boninal"); e (k) TG Bess Gridfsa SPE Ltda. ("SPE Bess" e, em conjunto com a Feira de Santana, a Morro do Chapéu, a Santa Bárbara SPE I, a Santa Bárbara SPE II, a Tramaia, a VIP BA VX, a VIP BA XXVI e Boninal, as "Fiadoras"), em benefício do fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo); (ii) a outorga de garantia real na forma de alienação fiduciária, em favor do Debenturista, em caráter irrevogável e irretroativo, de 100% das ações representativas de 100% do capital social da Companhia, conforme termos e condições a serem estabelecidos no "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Companhia, o Debenturista e demais acionistas da Companhia, conforme aplicável ("Alienação Fiduciária de Ações" e "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações", respectivamente); (iii) a autorização à diretoria da Companhia para tomar todas as providências necessárias à outorga da Alienação Fiduciária de Ações, incluindo autorização para a celebração de quaisquer contratos e/ou instrumentos e seus eventuais aditamentos necessários à outorga da Alienação Fiduciária de Ações, incluindo, mas não se limitando à celebração da Escritura de Emissão, do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, do "Acordo de Investimento, Compromisso de Subscrição e Outras Avenças" ("Acordo de Investimento") e do "Acordo de Acionistas da Tempo Geração e Participação S.A." ("Acordo de Acionistas"); e (iv) a ratificação dos atos já praticados pelos diretores e demais representantes legais da Companhia relacionados à outorga da Alienação Fiduciária de Ações. **Deliberações Aprovadas:** (i) a realização da Emissão; (ii) a outorga pela Companhia, no âmbito da Emissão em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Companhia, pelas Fiadoras no âmbito da Emissão, incluindo, sem limitação, as obrigações relativas: (a) ao pontual e integral pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, ou do Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração, dos Encargos Moratórios, bem como dos demais encargos presentes e/ou futuros assumidos pela Companhia e/ou pelas Fiadoras no âmbito e relativos à Escritura de Emissão, seja nas respectivas datas de pagamento, na Data de Vencimento (conforme definido na Escritura de Emissão) ou em virtude do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão; (b) a quaisquer outras obrigações de pagar assumidas pela Companhia, pelas Fiadoras, na Escritura de Emissão e no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, incluindo, sem limitação, os honorários do Escritor e (c) ao ressarcimento de toda e qualquer importância que o Debenturista venha a desembolsar em virtude da constituição, manutenção e/ou execução da garantias e dos direitos descritos na Escritura de Emissão, no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, e nos demais documentos relacionados à Emissão, bem como todos e quaisquer custos, inclusive despesas judiciais e/ou extrajudiciais e honorários advocatícios incorridos na proteção dos interesses do Debenturista nos termos da Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações ("Obrigações Garantidas"), da Alienação Fiduciária de Ações, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão. 1. Autorizar a diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias à outorga das Garantias da Companhia, inclusive para celebrar quaisquer contratos e/ou instrumentos e seus eventuais aditamentos necessários à outorga da Alienação Fiduciária de Ações, incluindo a celebração da Escritura de Emissão, do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, do Acordo de Investimento e do Acordo de Acionistas. 2. Ratificar todos os atos já praticados pelos diretores e demais representantes legais da Companhia relacionados à outorga das Garantias da Companhia. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar. São Paulo, 02/04/2026. Jucesp nº 175.945/26-3 em 15/04/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Petróleo encerra semana acima de US\$ 105 por preocupações com oferta

Os preços do petróleo oscilaram em uma sessão volátil nesta sexta-feira, 24, mas fecharam em alta na semana, enquanto comerciantes avaliam os desdobramentos do conflito entre Estados Unidos e Irã.

Os contratos futuros do petróleo Brent fecharam a US\$ 105,33 por barril, com alta de cerca de 0,3%. Os contratos futuros do WTI dos Estados Unidos fecha-

ram a US\$ 94,40 por barril, queda de 1,5%. Na semana, o Brent subiu cerca de 16% e o WTI subiu quase 13%.

Os preços futuros do petróleo perderam os ganhos iniciais depois que a Reuters informou que o ministro das Relações Exteriores do Irã, Abbas Araqchi, deveria chegar a Islamabad nesta sexta-feira para discutir propostas para retomar as negociações de paz com os EUA, depois que as negociações fracassaram no início desta semana.

Os preços caíram ainda mais depois que a CNN informou que o presidente dos EUA, Donald Trump, estava enviando o enviado especial Steve Witkoff e Jared Kushner ao Paquistão para conversarem com o ministro das Relações Exteriores do Irã.

IstoÉDinheiro

DATA MERCANTIL

DESCUBRA DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

FALE CONOSCO POR E-MAIL
comercial@datamercantil.com.br

datamercantil.com.br

PUBLICIDADE LEGAL



datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

Auto Defesa Brasil Tecnologia e Monitoramento de Sistemas Eletrônicos S/A

CNPJ/MF nº 30.609.644/0001-42

Balancos Patrimoniais - Exercícios findos em		Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Valores expressos em reais)			
31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Valores expressos em reais)		31/12/2025		31/12/2024	
		(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3.255.286,19	5.076.937,51			
Contas a receber	5.158.962,48	25.576.866,04			
Adiantamentos	100.013,53	44.633,50			
Estoques	389.978,63	-			
Impostos e contribuições a recuperar	169.291,79	157.558,27			
Imposto de renda e contribuição a compensar	240.467,91	278.972,07			
Outros ativos	18.454,62	34.695,91			
	9.332.455,15	31.169.663,30			
Não circulante					
Aplicações financeiras	5.436.623,53	4.269.275,47			
Partes relacionadas	10.023.445,92	47.562.255,33			
Tributos diferidos	1.797.573,09	1.641.283,24			
Outros ativos	15.300,00	15.300,00			
Direito de uso - arrendamentos	11.779.271,33	14.488.893,09			
Imobilizado	20.316.081,64	33.822.471,21			
Intangível	8.917.891,51	7.944.296,85			
	58.286.187,02	109.743.775,19			
Total do ativo	67.618.642,17	140.913.438,49			
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	10.285.647,86	6.147.616,15			
Empréstimos e financiamentos	13.370.796,36	11.297.010,22			
Obrigações trabalhistas	1.384.399,45	1.635.275,37			
Outros passivos	2.508.641,35	25.686,29			
Impostos e contribuições a recolher	843.533,73	1.143.053,56			
Imposto de renda e contribuição social a recolher	2.429.672,97	6.467.263,60			
Partes relacionadas	6.148.319,94	-			
Arrendamentos a pagar	297.438,29	775.551,26			
	37.268.449,95	27.491.456,45			
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14.480.320,88	27.826.222,44			
Outros passivos	36.240,40	36.240,40			
Partes relacionadas	-	4.419.500,94			
Arrendamentos	11.686.898,27	13.797.494,51			
Tributos diferidos	366.732,67	-			
	26.570.192,22	46.079.458,29			
Patrimônio líquido Capital social	3.150.000,00	15.300.000,00			
Reservas de lucros	630.000,00	3.739.500,63			
Resultado Acumulado	-	11.220.912,41			
Resultado do exercício	-	37.082.110,71			
	3.780.000,00	67.342.523,75			
Total do passivo e patrimônio líquido	67.618.642,17	140.913.438,49			
Demonstrações do Resultado Abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Valores expressos em reais)					
		31/12/2025		31/12/2024	
		(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Resultados do exercício	47.273.577,68	37.082.110,71			
Total dos resultados abrangentes	47.273.577,68	37.082.110,71			
Diretoria					
Nelson Santini Neto - CPF nº 721.733.601-59 - Presidente					
Marcelo Alves Nunes de Sena - Contador CRC DF 020749/0-6					

GB Empreendimento Imobiliário - SPE S.A.

CNPJ/MF nº 34.042.574/0001-44

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. São Paulo, 16 de abril de 2026. A Administração

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais)		Demonstrações do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais)			
		2025		2024	
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	1.814.519	1.745.822			
Contas a receber	1.943.692	1.857.108			
Créditos diversos	-	125.000			
Tributos a recuperar	16.232	16.232			
Total do ativo circulante	3.774.443	3.744.162			
Ativo não circulante					
Depósitos judiciais	-	400.355			
Partes relacionadas	1.111.646	685.959			
Investimentos	-	62.955			
Propriedade para investimento	182.595.118	138.666.032			
Estoque de imóveis	-	43.794.402			
Total do ativo não circulante	183.706.764	183.609.702			
Total do ativo	187.481.207	187.353.865			
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Fornecedores	1.910	3.210			
Obrigações trabalhistas e tributárias	965.033	909.077			
Contas a pagar	1.398.483	2.156.586			
Total do passivo circulante	2.365.426	3.068.873			
Passivo não circulante					
Obrigações com investidores - SCP	29.894.332	29.894.332			
Permuta de imóveis	43.794.402	43.794.402			
Total do passivo não circulante	73.688.734	73.688.734			
Patrimônio líquido					
Capital social	109.603.413	109.603.413			
Reserva legal	1.823.634	868.045			
Reserva de lucros	(0)	124.800			
Total do patrimônio líquido	111.427.047	110.596.258			
Total do passivo e patrimônio líquido	187.481.207	187.353.865			
Demonstrações do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais)					
		2025		2024	
Receita com locação de imóveis	23.689.460	22.921.468			
(-) Descontos concedidos	(6.661)	(889.626)			
(-) Tributos incidentes	(865.754)	(801.694)			
Receita líquida	22.807.046	21.230.148			
Despesas operacionais					
Despesas administrativas e gerais	(1.128.722)	(1.502.129)			
Despesas tributárias	(59.767)	(1.626)			
Resultado de equivalência patrimonial	-	57.065			
Outras receitas e despesas	114.331	(1.169)			
Resultado operacional	21.732.888	19.782.290			
Despesas financeiras	(174.434)	(111.344)			
Receitas financeiras	140.522	90.438			
Resultado financeiro	(33.912)	(20.906)			
(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	21.698.976	19.761.384			
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.587.198)	(2.404.483)			
Lucro líquido do exercício	19.111.778	17.356.901			
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31/12/2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais)					
		2025		2024	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.000	7.498.069			
Aumento de capital	109.602.413	-			
Lucro líquido do exercício	-	17.356.901			
Constituição de reserva legal	-	867.845			
Distribuição de lucros	-	(23.862.324)			
Saldos em 31 de dezembro de 2024	109.603.413	868.045			
Lucro líquido do exercício	-	19.111.778			
Constituição de reserva legal	-	955.589			
Distribuição de lucros	-	(18.280.989)			
Saldos em 31 de dezembro de 2025	109.603.413	1.823.634			
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Expressos Em Reais)					
1. Contexto Operacional - A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios, composto por 21 unidades autônomas "galpões" do condomínio denominado CLIR 2 - Centro Logis-					
tico Imigrantes 2, localizado na Estrada Galvão Bueno, 3300, São Bernardo do Campo-SP. 2. Base de preparação - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 16 de abril de 2026.					
Claudio Kluger - Diretor CPF 294.840.928-45			Ana Paula Salvador de Aguiar da Costa - CRC 1SP 228.935/0-8		

BUSINESS CHART - VISUAL

DATA MERCANTIL

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

FALE CONOSCO POR E-MAIL comercial@datamercantil.com.br

datamercantil.com.br

PUBLICIDADE LEGAL

Ibovespa cai 0,33% no dia, aos 190,7 mil pontos, e recua 2,55% na semana

Na mínima intradia, o Ibovespa operou no período da tarde desta sexta-feira, 24, ainda que pontualmente, abaixo dos 190 mil pontos pela primeira vez desde 8 de abril, distanciando-se um pouco mais do pico histórico, de 199 mil pontos, e do recorde de fechamento, na casa de 198,6 mil em 14 de abril. Nesta sexta, o índice da B3 oscilou de 189.962,93 a 191.390,33 pontos entre os extremos do dia e, ao fim, marcava 190.745,02 pontos, em baixa de 0,33%. Além de três perdas diárias consecutivas, o Ibovespa teve ganho em apenas uma das sete sessões que sucederam o recorde de 14 de abril – na última segunda-feira, antes do feriado, quando subiu apenas 0,20%.

Na semana, acumulou perda de 2,55%, que sucedeu queda de 0,81% no intervalo anterior.

No mês, o índice avança 1,75% e, no ano, tem alta de 18,38%.

O giro financeiro desta sexta-feira ficou em R\$ 24,9 bilhões. O nível de fechamento da sessão foi o mais baixo para o Ibovespa desde 7 de abril.

“Se na semana passada o mercado celebrava sinais de possível paz no Oriente Médio, esta semana trouxe o movimento inverso. O otimismo deu lugar ao ceticismo, e os ativos sentiram o peso dessa virada”, resume Bruna Sene, analista de renda variável da Rico. “O principal gatilho foi o fechamento do Estreito de Ormuz pelo Irã, que voltou a bloquear a passagem de embarcações após o impasse nas negociações com os Estados Unidos. IstoÉDinheiro

CLP – Rodoanel Empreendimentos Imobiliários S.A.						
CNPJ/MF nº 19.381.521/0001-64						
Relatório de Administração						
Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. São Paulo, 16 de abril de 2026. A Administração						
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais)			Demonstrações do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais)			
Ativo	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Ativo circulante			Passivo e patrimônio líquido			
Caixa e equivalentes de caixa	2.816.933	1.663.812	Passivo circulante			
Contas a receber	1.106.845	1.046.389	Fornecedores	1.910	58.125	
Créditos diversos	-	-	Obrigações trabalhistas e tributárias	617.827	573.877	
Total do ativo circulante	3.923.778	2.710.201	Contas a pagar	4.072.635	3.727.865	
Ativo não circulante			Total do passivo circulante	4.692.372	4.359.867	
Partes relacionadas	13.675.296	6.578.669	Passivo não circulante			
Propriedade para investimento	39.422.900	1.680.610	Partes relacionadas	204.543	254.543	
Estoque de imóveis	-	37.742.290	Permuta de imóveis	37.742.290	37.742.290	
Total do ativo não circulante	53.098.196	46.001.568	Total do passivo circulante	37.946.833	37.996.832	
Total do ativo	57.021.974	48.711.769	Patrimônio líquido			
			Capital social	11.751	11.751	
			Reserva legal	2.350	2.350	
			Reserva de lucros	14.368.668	6.340.968	
			Total do patrimônio líquido	14.382.769	6.355.070	
			Total do passivo e patrimônio líquido	57.021.974	48.711.769	
Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais)			Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais)			
	2025	2024		2025	2024	
Receita com locação de imóveis	15.552.492	13.187.587	Resultado operacional	13.613.997	8.992.666	
(-) Descontos concedidos	(574.230)	(1.167.939)	Despesas financeiras	(350.896)	(276.038)	
(-) Tributos incidentes	(543.778)	(426.370)	Receitas financeiras	125.795	35.717	
Receita líquida	14.434.484	11.593.279	Resultado financeiro	(225.101)	(240.321)	
Despesas operacionais			(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	13.388.896	8.752.344	
Despesas administrativas e gerais	(854.492)	(2.595.250)	Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.646.066)	(1.295.872)	
Despesas tributárias	-	(5.363)	Lucro líquido do exercício	11.742.830	7.456.472	
Outras receitas e despesas	34.005	-				
	(820.487)	(2.600.613)				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.751	2.350	Capital social	11.751	1.160.349	
Lucro líquido do exercício	-	-	Reserva legal	-	7.456.472	
Distribuição de lucros	-	-	Reserva de lucros	-	(2.261.751)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	11.751	2.350	Total do patrimônio líquido	6.340.969	6.355.070	
Lucro líquido do exercício	-	-				
Distribuição de lucros	-	-				
Saldo em 31 de dezembro de 2025	11.751	2.350	Capital social	11.751	14.368.668	
			Reserva legal	-	2.350	
			Reserva de lucros	-	11.742.830	
			Total do patrimônio líquido	14.382.769	14.382.769	

CLG Bis Empreendimento Imobiliário SPE S.A.						
CNPJ/MF nº 46.678.638/0001-87						
Relatório de Administração						
Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. São Paulo, 16 de abril de 2026. A Administração						
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais)			Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais)			
Ativo	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Ativo circulante			Passivo e patrimônio líquido			
Caixa e equivalentes de caixa	1.575.640	1.453.113	Passivo circulante			
Partes relacionadas	3.410	3.410	Fornecedores	-	37.514	
Créditos diversos	398	344	Obrigações trabalhistas e tributárias	4.604	65.200	
Tributos a recuperar	81.831	41.627	Adiantamento de clientes	-	475.537	
Total do ativo circulante	1.661.279	1.498.494	Dividendos a pagar	274.352	-	
Ativo não circulante			Contas a pagar	1.309.824	-	
Partes relacionadas	-	10.116.098	Total do passivo circulante	1.588.780	578.252	
Investimentos	58.240.676	45.563.776	Passivo não circulante			
Imobilizado e intangível	2.181.363	-	Obrigações com investidores – SCP	56.750.000	56.388.322	
Total do ativo não circulante	60.422.039	55.679.873	Total do passivo circulante	56.750.000	56.388.322	
Total do ativo	62.083.318	57.178.368	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
			Capital social	23.000	23.000	
			Reserva legal	4.600	-	
			Reserva de lucros	3.716.938	188.795	
			Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	3.744.538	211.795	
			Total do passivo e patrimônio líquido	62.083.318	57.178.368	
Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais)			Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais)			
	2025	2024		2025	2024	
Receita com locação de imóveis	2.637.166	503.837	Resultado operacional	4.357.642	(733.312)	
(-) Tributos incidentes	(96.618)	(18.390)	Despesas financeiras	(301.279)	(10)	
Receita líquida	2.540.548	485.447	Receitas financeiras	36.639	449.553	
Despesas operacionais			Resultado financeiro	(264.640)	449.543	
Despesas administrativas e gerais	(645.410)	(881.464)	(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	4.093.002	(283.769)	
Despesas tributárias	(115.753)	(194.318)	Imposto de Renda e Contribuição Social	(285.907)	-	
Resultado de equivalência patrimonial	2.578.257	(118.982)	diferido	(285.907)	-	
Outras receitas e despesas	-	(23.995)	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	3.807.095	(283.769)	
	1.817.094	(1.218.759)				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	23.000	-	Capital social	23.000	(324.989)	
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	Reserva legal	-	797.553	
Prejuízo líquido do exercício	-	-	Reserva de lucros	-	(283.769)	
Destinação para reserva de lucros	-	-	Prejuízos acumulados	-	(283.769)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	23.000	-	Total do patrimônio líquido	211.795	-	
Lucro líquido do exercício	-	-				
Constituição de reserva legal	-	4.600				
Destinação para reserva de lucros	-	-				
Distribuição de lucros	-	-				
Saldo em 31 de dezembro de 2025	23.000	4.600	Capital social	23.000	3.744.538	
			Reserva legal	4.600	-	
			Reserva de lucros	3.716.938	188.795	



PUBLICIDADE LEGAL

Shopping Center Norte S.A.

(anteriormente denominado Center Norte S.A. Construção, Empreendimentos, Administração e Participação)

CNPJ/MF nº 45.246.402/0001-09

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida. As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares. A Administração.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	BALANÇOS PATRIMONIAIS					
	Controladora			Consolidado		
	2025	2024	1º/01/2024	2025	2024	1º/01/2024
Ativo circulante						
Caixa e equivalente de caixa	10.132	14.960	53.424	16.955	15.141	53.996
Caixa restrito	-	4.847	4.083	-	4.847	4.083
Contas a receber de clientes	54.391	53.501	40.437	57.346	41.428	35.419
Adiantamento a fornecedores	334	1.960	3.628	913	1.960	3.651
Impostos a recuperar	2.907	2.516	439	3.143	2.527	440
Estoques	1.688	2.019	3.940	1.688	2.019	3.940
Outros ativos	931	791	2.762	1.261	1.943	2.767
Total do ativo circulante	70.383	80.594	108.713	81.306	69.865	104.296
Ativo não circulante						
Contas a receber de clientes	2.299	3.511	16.939	2.299	3.511	16.939
Depósitos judiciais	628.184	564.690	495.800	628.184	564.690	495.800
Outros ativos	-	-	5.810	-	-	5.810
Total do ativo não circulante	630.483	568.201	518.549	630.483	568.201	518.549
Total do Ativo	3.648.515	2.542.142	2.856.099	3.658.060	2.534.362	2.852.996

	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS					
	Controladora			Consolidado		
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida						
Custos de locação e de outros serviços	(5.800)	(1.616)	(12.721)	(1.683)	(1.683)	(1.683)
Lucro operacional bruto	233.297	236.731	243.780	236.811	236.811	236.811
Recargas (despesas) operacionais						
Despesas gerais e administrativas	(28.044)	(41.735)	(28.463)	(49.076)	(49.076)	(49.076)
Despesas de vendas	(690)	(6.933)	(690)	(7.711)	(7.711)	(7.711)
Provisão para perdas em ativos financeiros - contas a receber	(1.548)	(972)	(1.548)	(972)	(972)	(972)
Ganho com ajuste a valor justo de propriedades para investim.	512.100	448.539	512.100	448.539	448.539	448.539
Perda na aquisição de investimento	(7.682)	-	(7.682)	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(19.429)	(3.901)	(27.529)	(135)	(135)	(135)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.967	(3.752)	2.214	95	95	95
Result. antes das receitas (despesas) financeiras e impostos	689.971	627.977	692.182	627.551	627.551	627.551
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	6.739	6.403	6.818	6.415	6.415	6.415
Despesas financeiras	(54.487)	(44.388)	(54.496)	(44.393)	(44.393)	(44.393)
Resultado financeiro, líquido	(47.748)	(37.985)	(47.678)	(37.978)	(37.978)	(37.978)
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	642.223	589.992	644.504	589.573	589.573	589.573
IRPJ e CSLL - corrente	(47.800)	(40.171)	(49.866)	(40.171)	(40.171)	(40.171)
IRPJ e CSLL - diferido	(173.395)	(162.243)	(173.395)	(162.243)	(162.243)	(162.243)
Lucro líquido do exercício das operações em continuidade	421.028	387.578	421.243	387.159	387.159	387.159
Operações descontinuadas						
Resultado das operações descontinuadas	-	39.449	-	39.449	39.449	39.449
Lucro líquido do exercício	421.028	427.027	421.243	426.608	426.608	426.608

	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES					
	Controladora			Consolidado		
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	421.028	427.027	421.243	426.608	426.608	426.608
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do período	421.028	427.027	421.243	426.608	426.608	426.608
Lucro líquido do período atribuível a: Acionistas	421.028	427.027	421.028	427.027	427.027	427.027
Participação de não controladores	-	-	215	(419)	(419)	(419)
Total do período atribuível a: Acionistas	421.028	427.027	421.243	426.608	426.608	426.608

	DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	Controladora			Consolidado		
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Saldo em 1º/01/2024 (reapresentado)	199.904	-	103.198	1.053.492	-	1.370.284
Cisão parcial Expo	(21.659)	-	(26.734)	(507.948)	-	(556.341)
Cisão parcial Novotel	(463)	-	-	-	(463)	(463)
Distribuição de dividendos	-	-	(14.183)	(27.127)	(13.690)	(55.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	427.027	427.027
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	-	-	-	-	(29.683)	(29.683)
Constituição de reserva legal	-	-	21.351	-	(21.351)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	375.993	-	(375.993)
Saldo em 31/12/2024	177.782	-	83.632	894.410	-	1.155.824
Transações de capital	-	-	-	554.285	-	554.285
Distribuição de dividendos adicionais	-	-	-	(309.377)	-	(309.377)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	421.028	421.028
Constituição de reserva de legal - 20%	-	-	21.051	-	(21.051)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	-	-	-	(99.994)	-	(99.994)
Distribuição de dividendos 2024	-	-	-	(89.050)	-	(89.050)
Transferência dos lucros do exercício	-	-	-	399.977	-	-
Aumento de capital social	1.228.115	-	-	(1.228.115)	-	-
AFAC	-	246.034	-	-	-	246.034
Saldo em 31/12/2025	1.405.897	246.034	104.684	122.136	-	1.878.819

	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA					
	Controladora			Consolidado		
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Lucro líquido do exercício das operações em continuidade	421.028	387.577	421.242	387.159	(19.003)	4.093
Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas	-	39.449	-	39.449	(7.667)	(2.744)
Total do lucro líquido do exercício	421.028	427.026	421.242	426.608	(4.206)	(17.800)
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício ao caixa proveniente das atividades operacionais						
Depreciação e amortização	1.021	(2.208)	1.223	(2.208)	(1,049)	37.711
Equivalência patrimonial	19.429	3.901	27.529	135	(2,437)	(6,280)
Provisão para perda estimada de créditos em ativos financeiros - contas a receber	1.548	997	1.548	997	(34,362)	14,980
IRPJ e CSLL corrente	47.800	40.171	49.866	40.171	(43,561)	(47,086)
IRPJ e CSLL diferidos	173.395	162.243	173.395	162.243	(40,874)	(49,153)
Juros sobre mútuos e financiamento	46.260	42.337	46.260	42.337	-	-
Ajuste a valor justo de propriedades para investimento	(512.100)	(448.539)	(512.100)	(448.539)	-	-
Perda na aquisição de investimento	7.682	-	2.682	-	(422)	(1,423)
Transação de capital	-	-	970	-	(73,904)	(53,961)
Provisão para contingências	(2.031)	(13.361)	(2.031)	(13.361)	108,937	-
Linearização dos descontos em contratos de serviços	-	27	-	27	-	-
Baixa imobilizado	448	-	447	-	-	-
Juros de aplicações financeiras	4.847	(764)	4.847	(764)	-	-
Total do fluxo de caixa das atividades operacionais	209.327	211.830	215.878	207.646	34.611	(55.384)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos						
Caixa gerado pelas operações	174.922	231.531	171.908	232.622	34,611	(55,384)
Juros pagos sobre mútuo	(43.561)	(47.086)	(43.561)	(47.086)	-	-
Impostos pagos sobre o lucro	(40.874)	(49.153)	(40.874)	(49.153)	-	-
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	90.487	135.292	87.473	136.383	34.611	(55.384)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos						
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	129.927	(118.372)	(109.687)	(118.372)	34,611	(55,384)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(4.828)	(38.464)	1.813	(38.855)	34,611	(55,384)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14.960	53.424	15.141	53.996	14,960	53,424
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10.132	14.960	16.955	15.141	10,132	14,960
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(4.828)	(38.464)	1.813	(38.855)	34.611	(55.384)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

1. Informações gerais: 1.1. Contexto operacional: O Shopping Center Norte S.A. ("Companhia" ou "Center Norte") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de São Paulo, e tem por objetivo social: a administração de shopping center próprio, de centros de exposições e a exploração de um Hotel, tendo como atividade econômica preponderante a locação de suas respectivas lojas e espaços, bem como a prestação de assistência técnica e administrativa a elas relativas, podendo participar ainda em outras sociedades. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprovadas pela Diretoria em 7 de abril de 2026. **DIRETORIA:** Flávio Fernandes - Diretor-presidente; Luís Fernando da Rocha Maia - Diretor Administrativo Financeiro; Filipe da Silva Leandro - Contador - CRC 1SP-340739/0-0.

Taxas de juros têm leve baixa na sessão, com novas negociações entre EUA e Irã no radar

Os juros futuros negociados na B3 mostraram alívio no último pregão da semana, com percepção mais positiva sobre uma possível resolução para o conflito no Oriente Médio, dado que Estados Unidos e Irã enviarão negociadores para o Paquistão neste fim de semana. A cautela frente à possibilidade de que as tratativas terminem mal e de que haja nova escalada do confronto, porém, impediu que as taxas queimassem todos os prêmios acumulados desde segunda-feira.

Encerrados os negócios, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027 cedeu de 14,128% no ajuste de quinta a 14,095%. O DI para janeiro de 2029 recuou a 13,47%, vindo de 13,547% no ajuste anterior. O DI para janeiro de 2031 teve baixa de 13,59% para 13,495%.

Em relação ao fechamento da última sexta-feira, no entanto, a curva ainda apura alta, homogênea entre os principais vencimentos. O DI de janeiro do próximo ano subiu cerca de 20 pontos-base, e os contratos de janeiro de 2029 e janeiro de 2031, ao redor de 30 pontos-base.

Os contratos futuros de petróleo em Londres e Nova York fecharam em leve queda nesta sexta-feira, 24, voltando a operar abaixo de US\$ 100 o barril, após relatos de que autoridades iranianas e norte-americanas estarão no Paquistão nos próximos dias para negociar. Do lado dos EUA, os enviados Steve Witkoff e Jared Kushner viajarão a Islamabad neste sábado, 25.

PUBLICIDADE LEGAL

Ouro fecha em leve alta com incerteza sobre negociações, mas cai quase 3% na semana



Ouro encerrou a sessão desta sexta-feira (24) em leve alta, com a possibilidade de novas negociações por um fim permanente no conflito no Oriente Médio em meio a um cessar-fogo fragilizado.

Na Comex, divisão de metais da bolsa de Nova York (Nymex), o ouro para junho encerrou em alta de 0,35%, a US\$ 4.740,9 por onça-troy, recuando 2,84% na semana. Já a prata para maio fechou com avanço de 1,20%, a US\$ 76,414, caindo 6,63% na semana.

O metal dourado recuou pela manhã, chegando a ficar levemente abaixo do patamar de US\$ 4.700, conforme relatos de que o Irã instalou minas no Estreito de Ormuz e renovadas ameaças dos Estados Unidos reforçaram o sentimento de fragilidade na trégua, mas recuperou o fôlego e voltou a subir. Para o Swissquote, as tensões permanecem "elevadas" e o cessar-fogo "fragilizado".

Contudo, aliviando o sentimento, a Casa Branca confirmou, na tarde desta sexta, a ida de Steve Witkoff e Jared Kushner ao Paquistão para negociações com o Irã, afirmando que a operação dos EUA no país persa passou para a "fase diplomática". O presidente dos EUA, Donald Trump, também confirmou uma extensão de três semanas no cessar-fogo entre Israel e Líbano.

IstoÉDinheiro

CLG Empreendimentos Imobiliários SPE S.A.					
CNPJ/MF nº 09.126.928/0001-91					
Relatório de Administração					
Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. São Paulo, 16 de abril de 2026. A Administração					
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais)			Demonstrações do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais)		
Ativo	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	2025	2024
Ativo circulante			Passivo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2.906.433	1.158.055	Fornecedores	2.879	190.878
Contas a receber	2.199.789	1.997.239	Obrigações trabalhistas e tributárias	888.356	715.635
Tributos a recuperar	5.357	5.288	Contas a pagar	3.882.401	2.782.761
Total do ativo circulante	5.111.579	3.160.582	Total do passivo circulante	4.773.636	3.689.273
Ativo não circulante			Passivo não circulante		
Partes relacionadas	35.683.872	35.869.900	Obrigações com investidores - SCP	31.852.080	31.852.080
Propriedade para investimento	93.040.771	93.040.771	Total do passivo não circulante	31.852.080	31.852.080
Total do ativo não circulante	128.724.643	128.910.671	Patrimônio líquido		
Total do ativo	133.836.222	132.071.253	Capital social	93.303.578	93.303.578
			Reserva legal	3.906.928	3.226.321
			Reserva de lucros	-	(0)
			Total do patrimônio líquido	97.210.506	96.529.899
			Total do passivo e patrimônio líquido	133.836.222	132.071.253
Demonstrações do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais)					
	2025	2024	Resultado operacional	15.765.502	12.382.444
Receita com locação de imóveis	17.981.688	15.507.342	Despesas financeiras	(325.505)	(133.721)
(-) Descontos concedidos	(226.706)	(197.493)	Receitas financeiras	123.563	27.512
(-) Tributos incidentes	(644.404)	(562.720)	Resultado financeiro	(201.942)	(106.209)
Receita líquida	17.110.578	14.747.129	(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	15.563.560	12.276.235
Despesas operacionais			Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.951.430)	(1.660.380)
Despesas administrativas e gerais	(1.438.950)	(2.417.218)	Lucro líquido do exercício	13.612.130	10.615.855
Despesas tributárias	(556)	(11.982)			
Outras receitas e despesas	94.430	64.514			
	(1.345.076)	(2.364.685)			
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31/12/2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais)					
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Total do patrimônio líquido	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	93.303.578	2.695.529	31.651	96.030.758	
Aumento de capital	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	10.615.855	10.615.855	-
Constituição de reserva legal	-	530.793	(530.793)	-	-
Distribuição de lucros	-	-	(10.116.714)	(10.116.714)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	93.303.578	3.226.321	(0)	96.529.899	
Lucro líquido do exercício	-	-	13.612.130	13.612.130	-
Constituição de reserva legal	-	680.607	(680.607)	-	-
Distribuição de lucros	-	-	(12.931.523)	(12.931.523)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	93.303.578	3.906.928	-	97.210.506	
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Expressos em Reais)					
1. Contexto Operacional - A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios, composto por 25 unidades autônomas "galpões" do Centro Logístico Guarulhos, situado na Rodovia Presidente Dutra, esquina com a Av. Dona Carmela Dutra, Município e Comarca de Guarulhos. 2. Base de preparação - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 16 de abril de 2026.					

CLGA Centro Logístico Guarulhos Aeroporto Empreendimentos Imobiliários S.A.					
CNPJ/MF nº 49.035.686/0001-45					
Relatório de Administração					
Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. São Paulo, 16 de abril de 2026. A Administração					
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais)			Demonstrações do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais)		
Ativo	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	2025	2024
Ativo circulante			Passivo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3.602.628	1.901.688	Fornecedores	-	156.399
Contas a receber	5.017.880	5.053.851	Obrigações trabalhistas e tributárias	1.895.370	1.670.994
Impostos a recuperar	4.077	4.077	Contas a pagar	5.501.336	4.592.614
Créditos diversos	-	38.000	Partes relacionadas	649.880	-
Total do ativo circulante	8.624.585	6.997.615	Total do passivo circulante	8.046.586	6.420.008
Ativo não circulante			Patrimônio líquido		
Depósitos judiciais	17.222	-	Capital social	169.770.872	172.433.161
Partes relacionadas	2.142.783	5.569.769	Reserva de capital	-	-
Propriedade para investimento	168.623.495	168.623.495	Reserva legal	1.590.626	2.337.711
Total do ativo não circulante	170.783.500	174.193.264	Reserva de lucros	1	-
Total do ativo	179.408.085	181.190.880	Total do patrimônio líquido	171.361.499	174.770.872
			Total do passivo e patrimônio líquido	179.408.085	181.190.880
Demonstrações do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais)					
	2025	2024	Resultado operacional	37.257.886	32.690.129
Receita com locação de imóveis	41.641.494	37.787.580	Despesas financeiras	(1.114.448)	(322.289)
(-) Descontos concedidos	-	(200.719)	Receitas financeiras	132.945	66.173
(-) Tributos incidentes	(1.496.756)	(1.356.091)	Resultado financeiro	(981.503)	(256.117)
Receita líquida	40.144.738	36.230.771	(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	36.276.383	32.434.012
Despesas operacionais			Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.463.860)	(4.120.418)
Despesas administrativas e gerais	(2.885.535)	(3.839.683)	Lucro líquido do exercício	31.812.523	28.313.594
Despesas tributárias	(1.626)	10			
Outras receitas e despesas	309	299.031			
	(2.886.852)	(3.540.642)			
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais)					
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	23.830.990	144.758.005	4.766.198	-	173.355.192
Aumento de capital	148.602.171	(144.758.005)	(3.844.166)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	28.313.594	28.313.594
Constituição de reserva legal	-	-	1.415.680	(1.415.680)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	(26.897.914)	(26.897.914)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	172.433.161	-	2.337.711	-	174.770.872
Redução de capital	(5.000.000)	-	-	-	(5.000.000)
Aumento de capital	2.337.711	-	(2.337.711)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	31.812.523	31.812.523
Constituição de reserva legal	-	-	1.590.626	(1.590.626)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	(30.221.896)	(30.221.896)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	169.770.872	-	1.590.626	1	171.361.499
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais)					
1. Contexto Operacional - A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios, composto por 44 unidades autônomas "galpões" do condomínio denominado CLGA - Centro Logístico Guarulhos Aeroporto, localizado na Rua Jamil João Zarif, 684, na cidade de Guarulhos, SP. 2. Base de preparação - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 16 de abril de 2026.					



NEGÓCIOS

Com mistura de 32% gasolina ficará mais barata e haverá autossuficiência, diz ministro



O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse nesta sexta-feira, 24, que a gasolina ficará mais barata com a elevação da mistura de etanol para 32% (E32). Ele também argumentou que a medida tem potencial de reduzir em cerca de 500 milhões de litros mensais a necessidade de importação de gasolina. Esse volume seria suficiente para zerar a dependência externa da importação do combustível. Ou seja, na avaliação dele, poderá ser atingida a condição de autossuficiência.

A medida será adotada após os testes já realizados no país, que comprovaram a viabilidade técnica da

mistura durante os estudos conduzidos para a mistura de 30% em 2025, segundo o MME. A Pasta assegura que está garantida a segurança na implementação.

O fator central para a decisão é o preço. A cotação do petróleo no mercado internacional, com reflexo em derivados como a gasolina, foi elevada significativamente após o acirramento do conflito no Oriente Médio. Nesse cenário, ampliar o uso do etanol seria uma medida para reduzir custos.

“Já tivemos os testes aprovados quando adotamos o E30. E nós nos tornamos autossuficientes em gasolina. Absurdamente, o governo anterior vendeu refinarias. No momento de

guerra, como essa, vemos a importância da segurança do suprimento”, afirmou o ministro, que participa nesta sexta da 9ª Abertura da Safra Mineira de Açúcar e Etanol, evento organizado pela Companhia Mineira de Açúcar e Álcool (CMAA).

A elevação da mistura terá caráter excepcional e temporário, com vigência inicial de 180 dias, prorrogáveis por igual período, conforme deliberação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). “A proposta integra um conjunto de ações do MME voltadas a garantir segurança energética no curto prazo e consolidar soluções estruturais para o País”, declarou o MME. IstoÉDinheiro

Filipinas, Cuba e Coreia do Sul abrem mercados para carnes e castanhas do Brasil

O Brasil poderá exportar produtos agropecuários para novos mercados,

informaram o Ministério da Agricultura e o Ministério das Relações Exteriores (MRE) em nota conjunta. O aval ocorre após a conclusão das negociações sanitárias entre os governos. As Filipinas autorizaram a entrada de carne bovina resfriada com e sem osso do Brasil. Cuba aceitou a importação de carne bovina com osso e carne suína com osso brasileira, enquanto a Coreia do Sul permitiu a internalização de castanha-do-brasil, com e sem casca, castanha de baru e castanha de caju.

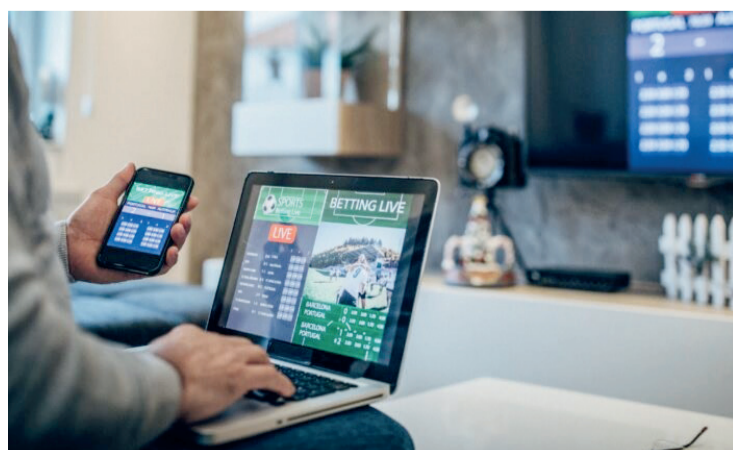
Na nota, as pastas destacam que a abertura das Filipinas para a carne bovina do Brasil vai ampliar a “presença brasileira em um mercado relevante do Sudeste Asiático” com 115,8 milhões de habitantes e “cria novas oportunidades para a cadeia da proteína animal, especialmente em segmentos que demandam cortes refrigerados”. O Brasil exportou US\$ 1,8 bilhão

em produtos agropecuários brasileiros para as Filipinas em 2025.

Para Cuba, a autorização para carne bovina e suína com osso vai “ampliar as possibilidades de fornecimento de proteína animal para um país de cerca de 11 milhões de habitantes e soma-se ao acordo de pre-listing firmado entre os dois países, que trouxe mais agilidade ao comércio desses produtos”, observaram as pastas.

Já para a Coreia do Sul, a abertura de mercado para castanha-do-brasil, com e sem casca, castanha de baru e castanha de caju diversifica a pauta exportadora, segundo as pastas. “Os produtos da sociobiodiversidade brasileira são extraídos de forma sustentável e reconhecidos internacionalmente por seu valor nutricional. Com 51,7 milhões de habitantes, o país importou mais de US\$ 2,4 bilhões em produtos agropecuários brasileiros em 2025”, ressaltaram os ministérios. IstoÉDinheiro

Governo proíbe Kalshi e Polymarket de oferecer apostas esportiva e política no país e bloqueia sites



O governo federal bloqueou, nesta sexta-feira

(24), os sites de Kalshi, Polymarket e outras 25 empresas do chamado mercado de previsão, conhecidas por ofertar apostas sobre eleições, jogos, reality shows e celebridades.

Após decisão conjunta com o Banco Central e o Ministério do Planejamento, o Ministério da Fazenda concluiu que os mercados de previsão operam sob a mesma lógica que as bets.

Por isso, a Kalshi e a Polymarket devem seguir as mesmas regras que os sites de apostas, como o pagamento por outorga de R\$ 30 milhões e a restrição a temas como esportes e resultados de jogos virtuais como o

Fortune Tiger, o tigrinho.

Os mercados de previsão foram bloqueados por operarem no Brasil de maneira irregular e por desrespeitarem a legislação local, segundo afirmou o ministro Dario Durigan (Fazenda) em entrevista coletiva concedida sexta.

De acordo com o governo, as plataformas agenciavam apostas sobre temas proibidos como eleições, prometiam lucro com as apostas em publicidade e recebiam pagamentos em cartão de crédito e criptomoedas -no país, o pagamento de prognóstico só pode ocorrer via Pix.

Procuradas por meio da assessoria de imprensa, Kalshi e Polymarket não responderam até a publica-

ção da reportagem. A Kalshi é popular no país graças ao sucesso de sua cofundadora, a brasileira Luana Lopes Lara, que se tornou a pessoa mais jovem do mundo a acumular uma fortuna de US\$ 1 bilhão após a atuação da empresa vendendo apostas sobre as eleições americanas. A informação consta no ranking da revista Forbes.

Essas empresas vendem contratos do tipo “sim ou não” sobre eventos diversos. É possível palpar sobre jogos de futebol, a final de um reality show, a data do casamento de uma celebridade e até sobre o resultado de uma eleição. O comprador recebe um valor caso seu palpite se realize ou perde caso erre. Folhapress